

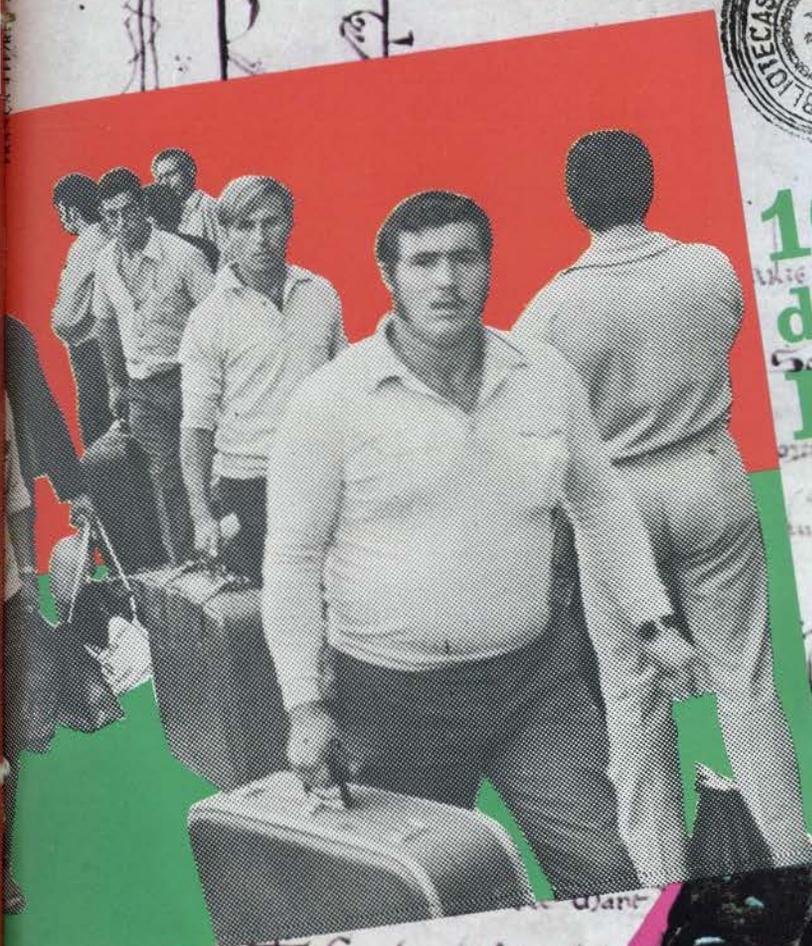
25 de Abril

# COMUNIDADES PORTUGUESAS

Publicação Mensal da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Emigração



## 10 de JUNHO dia de PORTUGAL

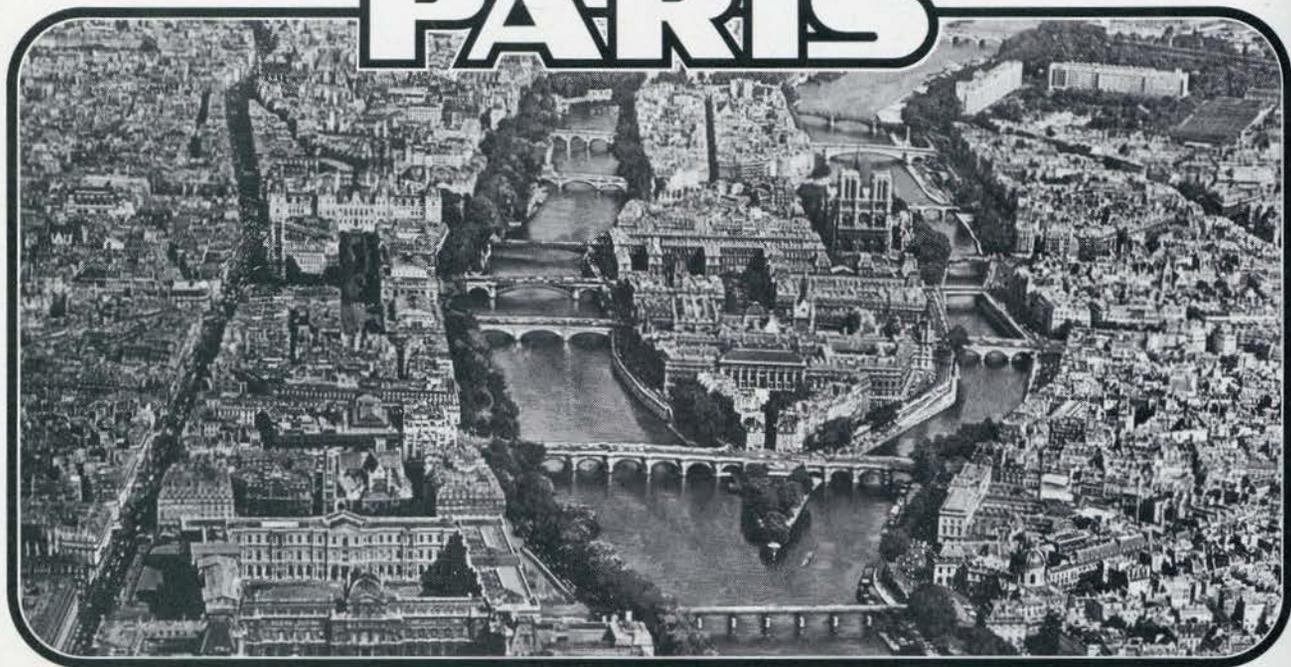


F. E. Bernardes Michel  
Anno M. C. LXXVIII. Londrae

# Estamos também aqui para o apoiar nos seus negócios

Há já quatro anos que a Sucursal BPA em Paris vem contribuindo para o desenvolvimento das relações económicas e financeiras entre Portugal e a França  
E apoiando, também, os Emigrantes Portugueses que trabalham não só em Paris, como em toda a França

# PARIS



Há já muito tempo, também, uma Agência BPA vem servindo os nossos Compatriotas que trabalham ou residem em

## VILLIERS-SUR-MARNE

A partir de agora, mais uma Agência BPA em França

## CRETEIL

fica ao dispor dos muitos milhares de Emigrantes Portugueses que vivem numa das mais modernas e populosas localidades da Região Parisiense

# BPA



## BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO



**Balcões na Região de Paris**

SUCURSAL-5, Rue Auber (à Ópera), 75009-PARIS · Telef. 073.24.65 · Telex 220456  
AGÊNCIA DE VILLIERS-55, Av. du Général de Gaulle, 94350-VILLIERS-SUR-MARNE · Telef. 304.37.34  
AGÊNCIA DE CRETEIL-53, Rue du Général Leclerc, 94000-CRETEIL · Telef. 899.2176



**PUBLICAÇÃO MENSAL  
DA SECRETARIA DE ESTADO  
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
E DA EMIGRAÇÃO**

**Direcção**

Manuel Árias  
Director do Serviço  
de Informação e Apoio Cultural

**Edição**

Serviço de  
Informação e Apoio Cultural

**Sede**

Ministério  
dos Negócios Estrangeiros  
Palácio das Necessidades, 1.º Piso  
Largo do Rilvas  
1354 Lisboa CODEX — Portugal  
Telefs. 67 67 00/1/2

**Composição e impressão**

Casa Portuguesa  
R. das Gáveas, 109  
1200 Lisboa - Portugal  
Telefs. 36 67 76/77

**EDIÇÃO EUROPA**

Commission paritaire n.º 3331 P

**Representante**

Embaixada de Portugal  
Serviço de Programação e Apoio  
6, Passage Dombasle  
75015 - Paris - França  
Telefs. 533 95 95 e 533 96 96

**Distribuição**

França, R. F. A., Bélgica, Lux.,  
Holanda, Suíça, Inglaterra

**Preços**

França — 4 FF  
R.F.A. — 2 DM  
Bélgica — 35 FB  
Luxemburgo — 32 FL  
Holanda — 2 FLS  
Suíça — 2 FS  
Inglaterra — 50 P

**Capa:**

Composição gráfica, da autoria de **Carlos Filipe**, baseada num «fac-simile» parcial da Bula do Papa Alexandre III que, há oitocentos anos, reconheceu o reino de Portugal, documento que se encontra exposto no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Estes oito séculos de História são, aqui, relacionados com as comemorações do «Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas» através de um arranjo gráfico que inclui uma gravura sobre o autor de «Os Lusíadas» — executada por Roque Gameiro — e alusões à expansão marítima quinhentista (a rosa-dos-ventos) e à presença dos emigrantes portugueses no Mundo



**Carlos Filipe** nasceu em Lisboa, em 1951. De 1970 a 1975 foi ilustrador, em regime livre, suplementos de jornais diários e revistas culturais, nomeadamente do «Diário de Lisboa» e do quinzenário «& Etc». Licenciado em arquitectura pela Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, em 1976, Carlos Filipe trabalha presentemente como estagiário de arquitectura, prosseguindo, em paralelo, a sua actividade no domínio das artes gráficas.

**Colaboração fotográfica:**

Agência ANOP, «A Capital», «Diário de Notícias», Instituto Português de Cinema, Comissão Nacional do «Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas», Embaixada do Brasil, Embaixada da Holanda, Embaixada da República Popular da Polónia, Patriarcado de Lisboa, António Manuel e Mário de Oliveira.



## Independência de Portugal foi reconhecida à 800 anos

Completaram-se oito séculos sobre a data em que, por meio da bula «Manifestis Probatum Est», o Papa Alexandre III sancionou a independência do Condado Portucalense — alcançada em 1143 — e reconheceu D. Afonso Henriques como primeiro rei de Portugal.

Efectivamente, foi a 23 de Maio de 1179 que a referida bula papal veio coroar uma longa série de diligências empreendidas pelo fundador da nacionalidade com o objectivo de obter o reconhecimento «de jure» do Reino de Portugal por parte da Santa Sé.

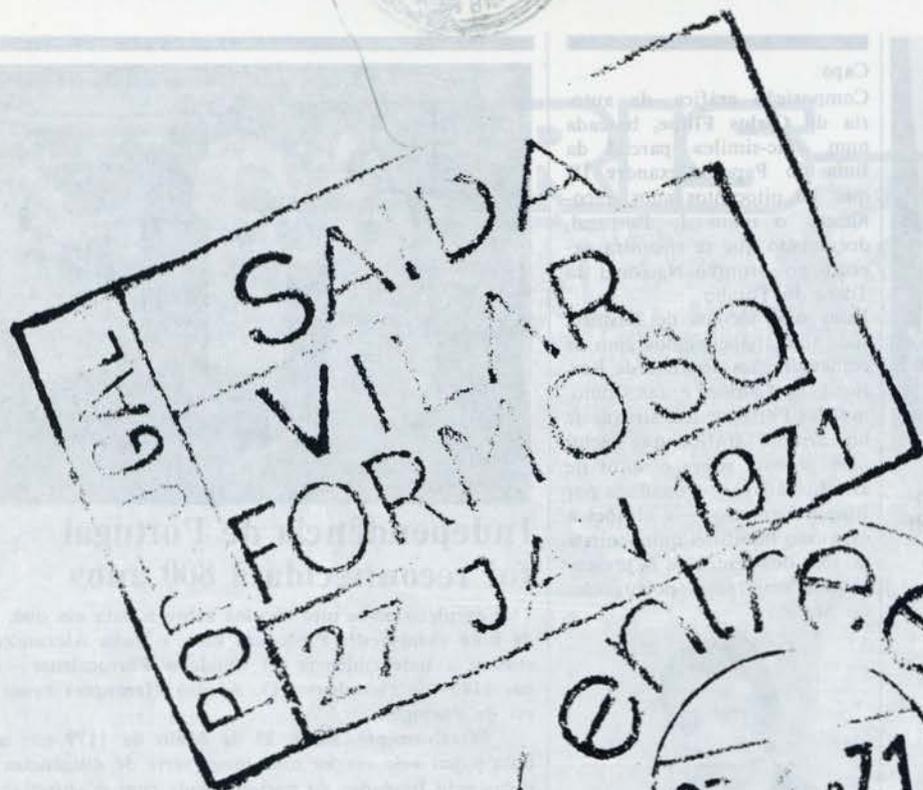
Assinalando a efeméride, realizou-se em Lisboa uma sessão solene, na Academia das Ciências, que foi presidida pelo general Eanes e que contou com a presença do Primeiro-ministro, prof. Mota Pinto, representantes diplomáticos de vários países, um delegado da Cúria Romana e outras individualidades nacionais e estrangeiras.

Em Roma, a data foi marcada pela deslocação do Papa João Paulo II à Igreja de Santo António dos Portugueses, onde celebrou uma missa dedicada ao nosso País. Para assistirem à eucaristia e receberem o Papa naquela basílica, deslocaram-se à capital italiana o cardeal-patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro, o arcebispo de Braga, D. Eurico Dias Nogueira, e o arcebispo de Évora, D. David de Sousa.

**PORTUGAL HOJE**

- 3 Presidente da República entrevistado pelo «D.N.»
- 5 Fruticultura em Portugal
- 11 O Jardim Zoológico de Lisboa
- PORTUGAL E O MUNDO**
- 21 Portugal e o Conselho da Europa
- 24 Portugal e a C.E.E.
- COMUNIDADES**
- 29 «Miss Portugal-79» veio da Venezuela
- TOME NOTA**
- 39 OS LEITORES ESCREVEM
- 40 CIRCUITO DE CINEMA DA S.E.N.E.E.

# também passámos a fronteira



## a império a maior companhia de seguros portuguesa hà sete anos em França

Para o ajudar a construir um futuro.

Para que possa realizar-se sentindo-se  
firmado na vida.

Para encontrar em si próprio  
e no seu seguro de vida um apoio importante.



AO SEU SERVIÇO

**IMPÉRIO**  
a sua seguradora

105, Rue du Faubourg Saint-Honoré 75008 PARIS - Tél. 260 33 18

# Diário de Notícias

## PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Director

Director-adjunto DINIS DE ABREU



Ramalho Eanes em entrevista

«DN»

# haverá eleições intercalares na aprovação do Orçamento

### ENTREVISTADO

o que estou cer-  
saberão pôr os  
nacionais acima  
outra conside-

nte exp res sou  
eu entendimen-  
doutrina consti-  
tutiva à dissolu-  
rimento. «Se  
ção justificada  
ente da Repú-  
ção de dificul-  
as for seguida  
que reprodu-  
no quadro par-  
outro idêntico,  
ma demonstra-  
s eleitores não  
rdo com a dis-  
afirmou.  
âncias em que  
amalho Eanes  
por uma inter-  
ca mais activa  
algum modo  
quando disse:  
que a Assem-  
ública derrube  
verno, se con-

tinuar a ser impossível a  
realização de um acordo  
interpartidário e não se  
formar um consenso sufi-  
ciente quanto às eleições  
intercalares, ficará ainda  
de pé a hipótese de uma  
modalidade de acordo, com  
tradução parlamentar, atra-  
vés de uma intervenção  
mais activa do Presidente  
da República.»

A proposta de a  
com o PS recentemente  
mulada pelo presidente  
PSD mereceu, em  
tese, o seguinte co-  
rio: «Se pretende  
intercalares, deve p  
garantir o consens  
partidário bastante sobre  
a sua conveniência e opor-  
tunidade (...); se pre  
concretizar um acord  
terpartidário numa  
parlamentar maior  
estável e coerente, e  
reunidas as condições  
a formação de um G  
de tipo partidário.»



### PELO «DIÁRIO DE NOTÍCIAS»



ia portuguesa e muit  
Discursos do Presidente

«Se os partidos têm alternativa política válida e, mesmo as

também  
passámos a fronteira

## PRESIDENTE DA REPÚBLICA ENTREVISTADO PELO «DIÁRIO DE NOTÍCIAS»

4

Numa entrevista que concedeu ao director do «Diário de Notícias» — a primeira dada a um jornal português depois de, há três anos, ter sido investido no cargo de Chefe de Estado —, o general Ramalho Eanes apresentou os seus pontos de vista sobre os principais temas da actual situação política, designadamente a estabilidade das Forças Armadas, as condições de permanência do IV Governo Constitucional, as reacções ao discurso presidencial de 25 de Abril do corrente ano, a possibilidade de realização de eleições intercalares, as questões relacionadas com o Orçamento Geral do Estado, a política externa e a intervenção mais activa do Presidente da República

Os riscos de militarização do regime — possibilidade insistentemente referida, ultimamente, por alguns dirigentes partidários — constituíram a primeira questão que o director do «Diário de Notícias», Mário Mesquita, colocou ao Presidente da República, nesta entrevista.

O general Ramalho Eanes, depois de ter afirmado, a este propósito, que «a possibilidade de militarização do regime democrático é apenas mais um exemplo da originalidade da nossa imaginação política», sublinhou, a dado passo: «Questão diferente e, essa sim, realista, é a tentação sempre possível de uma intervenção militar numa situação de degradação intolerável do ambiente político, de agravamento alarmante da crise económica e, portanto, de incapacidade de resposta democrática aos problemas fundamentais. Nenhum de

nós pode esquecer os ensinamentos da história portuguesa, em particular do período que começa em 1820». Mais adiante, ainda no âmbito da análise da situação militar, o Presidente acentuaria que «não há agitação política no interior dos quartéis» e «que não haverá transigências no que se refere ao envolvimento de militares na luta política».

Ramalho Eanes pronunciou-se ainda sobre o MFA e o Conselho da Revolução, dizendo, nomeadamente: «A experiência política recolhida no período 74/76 levou os partidos a compreender a existência do Conselho da Revolução e a prevê-la expressamente no texto constitucional para esta fase de transição. Admito que as razões dos partidos podem ter sido várias e que parte delas não ficou imutável com o rodar dos tempos. Tomo-as, no entanto, como expressão de vontade histórica (...) Quanto ao que chama a «recuperação» do MFA é um falso problema. O MFA cumpriu a sua missão patriótica através da institucionalização da democracia. Tentar hoje ressuscitá-lo pela afirmativa ou pela negativa, só poderá prejudicar a unidade das Forças Armadas».



A permanência do Governo de Mota Pinto

Referindo-se directamente ao actual Executivo, o general Eanes começou por salientar que é normal em democracia «a coincidência de críticas ao Governo por parte dos parceiros sociais e de partidos políticos». Sobre as condições a que obedece a confiança presidencial no IV Governo, o Chefe de Estado recordou que o actual Executivo existe porque não foi apresentada outra alternativa, tendo sido formado na esperança de que os partidos encontrassem uma plataforma de entendimento, de modo a assumirem as responsabilidades da governação. «Tudo isto é muito claro — sublinhou — e não deveria deixar dúvida a ninguém: o Presidente da República sempre esteve receptivo a uma solução partidária que garanta um Executivo estável com apoio numa base parlamentar maioritária». E, ainda a este respeito, acrescentou: «Se os partidos não derrubam o Governo por falta de alternativa, não lhe poderão recusar as condições normais de governação».



«Intervenção política mais activa do Presidente da República»

O director do «Diário de Notícias» levantou, em seguida, a questão da formação de um novo Governo ou de dissolução imediata do Parlamento com convocação de eleições, questão a que o Presidente da República, depois de recordar que a sua posição pessoal tem sido a de que «a solução desejável é a realização de um acordo interpartidário», respondeu nos seguintes termos: «Já disse que será um factor importante para a eventual decisão de marcar eleições intercalares que uma maioria de partidos representados na Assembleia da República defina que considera essa a solução a mais conveniente para o País, para a democracia e para a resolução dos actuais problemas políticos». Neste contexto, acrescentou o Chefe de Estado, caso não se venha a formar «um consenso suficiente quanto às eleições intercalares, ficará de pé a hipótese de uma modalidade de acordo, com tradução parlamentar, através de uma intervenção política mais activa do Presidente da República».



As hipóteses de demissão e de recandidatura

Interrogado, mais adiante, sobre a hipótese, apresentada na conferência de imprensa que concedeu após a demissão do II Governo Constitucional, de se demitir para logo a seguir se recandidatar, o general Ramalho Eanes considerou-a como «uma saída natural para uma situação de completo bloqueamento democrático e constitucional» e que por isso, «tem de ser considerada como um recurso possível». «Aliás — acrescentou Ramalho Eanes —, a evolução ocorrida desde Setembro até agora não tem permitido delinear em contornos mais precisos essa hipotética situa-

ção de bloqueamento que, quando foi referida pela primeira vez, alguns consideravam uma hipótese excessiva».



**Eleições intercalares e Orçamento Geral do Estado**

Referindo-se à actual distribuição de forças no Parlamento, o Presidente declararia que «as regras do jogo da democracia são claras: os Paramentos são eleitos por períodos bem definidos e não é legítimo evocar a falta de representatividade em qualquer momento desse período. Pode um Parlamento ser dissolvido por numerosas razões; mas não se pode considerar que um mandato expressamente concedido por um período de todos conhecido, venha a ser arbitrariamente encurtado porque se supõe, em abstracto, que se alterou a vontade do eleitor».

O general Ramalho Eanes acrescentaria, por outro lado, que «a realização de eleições legislativas intercalares antes da aprovação do Orçamento Geral do Estado constituiria uma situação de prejuízos incalculáveis para o País e, necessariamente, para a democracia».



**A evolução da política externa**

Finalmente, ao analisar a política externa e a chamada «diplomacia paralela», o Presidente da República sublinhou que não há, como alguns dizem, uma política externa do Presidente da República, mas sim «uma política externa do Estado Português, que, em circunstâncias e momentos específicos, é executada pelo Presidente da República». A este respeito, o Presidente disse ainda que «todos os desenvolvimentos de acções de política externa têm sido feitos em plena consonância com o Executivo. E as missões confiadas a qualquer enviado especial são função de uma análise do interesse nacional, realizada com os responsáveis governamentais».

# A FRUTICULTURA EM PORTUGAL



Embora o nosso País tenha uma especial aptidão para a fruticultura, verifica-se ainda uma grande diferença no consumo de fruta entre Portugal e outros países europeus. Assim, enquanto cada português consome, por ano e em média, cerca de 80 quilos de fruta, em Espanha o consumo é de 112 quilos por pessoa, na Itália 110 e na Grécia 142 quilos. E, segundo as previsões mais optimistas, cada português consumirá apenas 111 quilos de fruta, no ano de 1990.

No que diz respeito ao plantio de árvores de fruto, Portugal, além de possuir as condições naturais características dos países do sul da Europa, tem algumas vantagens suplementares neste domínio, dado que regista níveis de temperatura e de luminosidade particularmente importantes e dispõe ainda de uma larga zona costeira, com especial destaque para o Algarve, onde essas condições atingem níveis únicos na Europa.

Por outro lado, como é grande a procura de fruta nos mercados europeus e dada a sua proximidade e facilidade de

transporte (aéreos e marítimos) compreende-se que se torne urgente fomentar, no nosso País, a produção de fruta, em ordem ao abastecimento interno e ao mercado externo.

## As produções tradicionais

Neste momento, abrem-se, pois, boas perspectivas ao fruticultor nacional, desde que ele saiba aproveitar as vantagens naturais ao seu dispor, reconvertendo os pomares ou plantando outros novos. Aliás, essa reconversão é inevitável, tendo em



Por fim, entre os frutos secos — noz, amêndoa, avelã e framboesa — é de referir a castanha portuguesa, sem dúvida uma das melhores do mundo em sabor e em qualidade. Representando já mais de 60 mil contos de exportações, a castanha, se for transformada em doces, purês e congelados, para além de ser vendida em fresco, pode vir a ocupar um lugar de relevo nos mercados europeus.

vista a integração de Portugal no Mercado Comum.

Uma das questões normalmente levantadas a este propósito, relaciona-se com as espécies tradicionais — a macieira, o pessegueiro e a pereira — cuja produção poderá atingir, em breve, o limite máximo do consumo interno. No que diz respeito às macieiras, a política de fomento seguida na década de 60 teve efeitos contraproducentes, pois a produção foi largamente excedentária e a exportação diminuta.

#### O fomento de outras espécies

Entretanto, tem de ser incrementado o plantio de novos pomares com espécies diferentes das tradicionais. A cultura do marmelo, por exemplo, que até agora registou baixa produtividade e consequente estagnação de preços, pode aumentar grandemente e a preço compensador, se for ultrapassado o âmbito exclusivamente industrial e o marmelo for explorado como as outras árvores de fruto.

O mesmo acontece com o damasco que, embora escasseando, tem uma aceitação excelente nos postos de venda. Ocupando uma área aproximada de 1500 hectares em 1975, o damasco, num futuro próximo, poderá ser aproveitado industrialmente, quando se vencer o problema da sua decadência prematura, principal obstáculo à sua expansão.

Os pomares de cerejeiras, que ultimamente ocupavam três mil hectares, podem também desenvolver-se, dado que a cereja possui boa aptidão para ser vendida em fresco e para a indústria. Concretamente, prevê-se que o novo método de plantação de cerejeiras — a plantação em sebe — venha permitir o fomento de pomares intensivos com duas mil árvores por hectare.

#### A produção de morangos



Uma das últimas experiências que, no campo da fruticultura, tem obtido resultados francamente positivos, é a cultura de morangos. Assim, as experiências-piloto iniciadas no Algarve, no Ribatejo e na Estremadura, não só tiveram uma boa produção, como foi possível exportar 30 toneladas de morangos para os mercados da Inglaterra.

No corrente ano, apesar das deficientes condições climáticas, prevê-se, segundo dados revelados pelo Fundo de Fomento de Exportação, que se possam exportar cerca de 500 toneladas daquele fruto, ou seja, dez por cento da produção nacional. Note-se que a cultura do morango oferece muitos aliciantes, não só porque requer pequenos investimentos e se adapta ao tipo de empresas familiares, como também se dá em quase todos os solos, permitindo a sua produção a preços altamente compensadores.



#### Superar os estrangulamentos

Tendo sempre em vista a nossa entrada no Mercado Comum, é necessário que o sector das frutas vença os estrangulamentos com que depara: a deficiente tecnologia e consequente falta de qualidade dos produtos; a falta de crédito para novos investimentos; a deficiente organização dos circuitos de comercialização interna (mercados abastecedores centrais) e externa (câmaras frigoríficas e equipamento de embalagem); a falta de transportes adequados (com parques de contentores e camiões frigoríficos) e de fretes aéreos ao alcance dos exportadores nacionais.

Mas, para se resolverem estas dificuldades tradicionais da fruticultura nacional, torna-se indispensável concretizar, quanto antes, algumas medidas de política comercial, há muito praticadas noutros países: generalizar progressivamente as técnicas de escolha, calibragem e acondicionamento das frutas, tendo em conta as normas seguidas no Mercado Comum; apoiar as organizações de produtores (a nível de equipamento e de instalações para comercialização), incentivando, nomeadamente, as cooperativas fruteiras; e, por fim, contribuir para a regularização dos mercados internos, através do controlo de qualidade da fruta, fixação de preços, construção de estações fruteiras, etc. ■

## A CONSTRUÇÃO DE PETROLEIROS

Com a recente entrega à Sociedade Portuguesa de Navios-Tanques (SOPONATA) do «Nogueira», a Setenave deu por terminada a construção, iniciada em Agosto de 1974, do primeiro de uma série de três petroleiros gigantes, que serão totalmente construídos naquele estaleiro nacional. Os outros dois, encomendados pelo referido armador português e por um armador liberiano, encontram-se em adiantada fase de construção, prevendo-se a sua entrega para o final do corrente ano e em Maio de 1980, respectivamente.

O petroleiro «Nogueira», o maior navio-tanque português, conta com 60 por cento de incorporação de produto nacional, tem 320 mil toneladas de porte (atingindo mais de 346 metros de comprimento, 57 de largura máxima e uma altura



Vista aérea do novo petroleiro «Nogueira»

## NOVOS BARCOS PARA CARREIRAS FLUVIAIS

Dois barcos construídos nos Estaleiros de S. Jacinto, em Aveiro, entraram recentemente ao serviço das carreiras fluviais entre Lisboa e o Barreiro.

O «Tunes» e o «Pinhal Novo», assim se chamam as novas unidades, têm uma lotação superior à dos restantes barcos da mesma carreira e, além de oferecerem maior estabilidade e comodidade aos passageiros, apresentam ainda consideráveis melhorias técnicas, sobretudo quanto à potência dos motores e à aparelhagem de navegação.

Os novos barcos têm cerca de

52 metros de comprimento, uma potência de 2500 cavalos-vapor, podem transportar no máximo 1600 passageiros (enquanto as outras unidades só transportam 1030), e contam com várias inovações, designadamente música a bordo, equipamento moderno que permite melhor atracagem e maior velocidade, e melhor material de salvamento.

Com a entrada destas duas

de 28,5 metros) e a sua potência eléctrica é suficiente para abastecer uma cidade de dez mil habitantes.

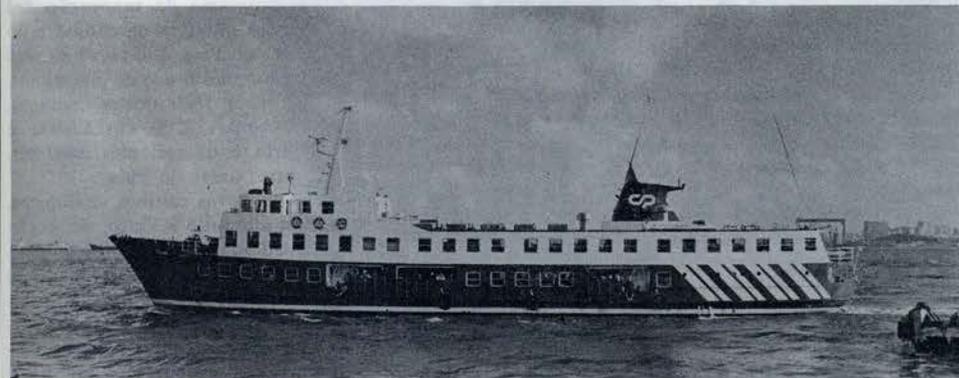
É de referir ainda que, destinando-se ao transporte de ramas petrolíferas para o porto de Sines, as quais depois de transformadas serão fonte de energia e de matérias-primas indispensáveis para a indústria nacional, o «Nogueira» virá a contribuir grandemente para um maior equilíbrio da nossa economia. De facto, os fretes marítimos pagos em 1978 no transporte de produtos para o País, rondaram os treze milhões de contos, ou seja, cerca de trinta por cento do défice da balança de transacções correntes.

O «Nogueira» pertence à mesma classe do navio-tanque «Neiva» que é o maior navio do mundo e foi construído em duas partes: uma delas, correspondente a três quartos do casco, foi também executada na Setenave e a outra nos estaleiros da Eriksberg (Suécia).

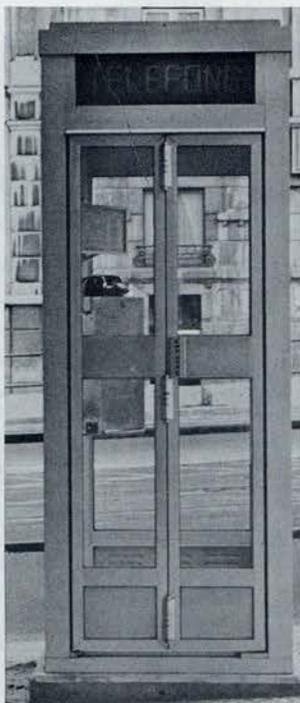
novas unidades, a frota fluvial da CP fica constituída por oito barcos, com uma capacidade total de transporte de mais de nove mil pessoas.

Por seu turno, a Transtejo, que, além da CP, é a única transportadora fluvial entre Lisboa e a margem sul do Tejo (Cacilhas, Trafaria, Porto Brandão, Alcochete, Montijo e Seixal), transportou, no ano passado, cerca de trinta milhões de passageiros, ou seja, mais dois milhões que em 1977.

Com uma frota de 26 barcos (contando com os cinco cacilheiros adquiridos ultimamente na Alemanha Federal) a efectuar sete ligações entre as duas margens do rio, a Transtejo obteve uma receita de mais de 152 mil contos no ano de 1978. Entretanto, como já noticiámos, a empresa encomendou dezoito novas unidades a estaleiros nacionais, algumas das quais começarão a ser entregues ainda durante o corrente ano.



O «Tunes» a navegar no Tejo: uma nova aquisição para a frota da CP



À esquerda, a velha cabine telefónica; à direita, uma das novas cabines fabricadas em alumínio e vidro.

## O SERVIÇO DE TELEFONES

Pode afirmar-se, com segurança, que os portugueses comunicam muito pouco entre si, pois segundo os dados divulga-

dos pelo INE, o total de chamadas telefónicas feitas no ano passado (incluindo as chamadas locais, regionais e inter-urba-

nas) não ultrapassou os 5,5 milhões. Feitas as contas, em cada dois portugueses, só um terá telefonado e uma vez apenas, durante o ano de 1978.

Esta situação não é de estranhar, se nos lembrarmos que apenas existem, em todo o País, um milhão e 200 mil postos telefónicos, para uma população de quase dez milhões de habitantes, o que representa um telefone para cada nove pessoas, aproximadamente. Por outro lado, é de referir que a rede automatizada da área metropolitana de Lisboa, por exemplo, atinge já 96 por cento da capacidade das centrais telefónicas existentes e que, por outro lado, as listas de espera contam com cerca de 155 mil pedidos de instalação de telefone.

### Modernização do sistema de telecomunicações

É tendo em conta as dificuldades levantadas por esta situação que o serviço de telefones se tem vindo a modernizar e a ampliar, com o concurso da indústria nacional que produz

cerca de 90 por cento do equipamento das centrais telefónicas do País.

Enfrentando as acções de renovação das infra-estruturas em que os CTT/TLP vão investir 17 milhões de contos até 1981, destaca-se a profunda reorganização que se está a operar no sistema nacional de telecomunicações. Assim, prevê-se que sejam instalados 375 mil telefones até final desse ano, o que representa um acréscimo de 30 por cento em relação a 1977. Ao mesmo tempo, serão montados mais 4300 postos públicos, elevando-se então o total destes a 16300, o que representa uma subida de 35 por cento em relação ao referido ano de 1977.

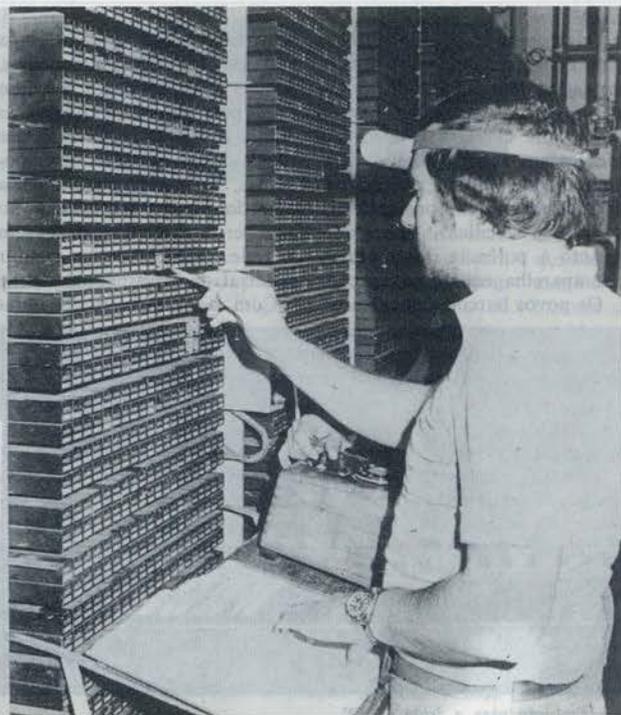
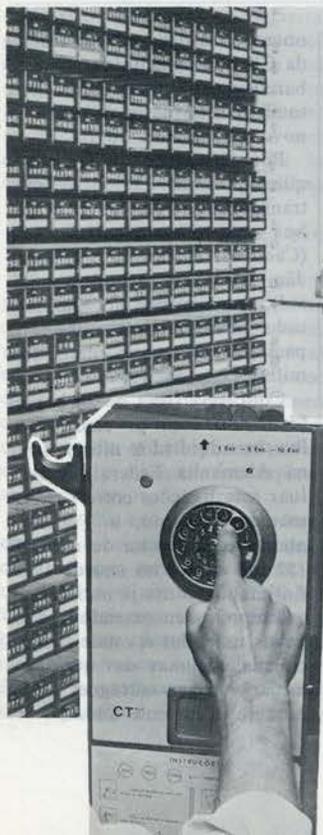
A remodelação atingirá as estações existentes, que serão ampliadas, e obrigará à construção de outras, resultando daí um acréscimo de 275 mil linhas para Lisboa e Porto e mais 270 mil para as restantes zonas do País. A automatização dos telefones que abrange actualmente quase 95 por cento da rede, ficará completa em 1981, ano em que desaparecerão as 149 redes que funcionam actualmente com sistema manual.

Simultaneamente, o serviço de telex será ampliado com mais 6300 postos, ficando com um total de 9200.

### Novas cabines telefónicas

Com a instalação de novas cabines telefónicas em Lisboa (serão colocadas 320 durante este ano), começou a cumprir-se o programa de renovação dos postos públicos de capital e do resto do País, que prevê a instalação, num prazo de cinco anos, de mais 5500 postos públicos, dos quais 3200 em Lisboa e Porto e os restantes 2400 nas outras áreas do País.

As novas cabines telefónicas, em alumínio e vidro, de secção quadrada e porta dobrável para dentro, e com possibilidade de utilização dos painéis de vidro para publicidade, foram totalmente construídas por uma empresa nacional do ramo da metalomecânica. ■



Aspecto de uma central telefónica dos TLP e, em baixo, um dos telefones destinados às novas cabines públicas.

# JORGE DE SENA

## HOMENAGEADO NA CALIFÓRNIA

O departamento de Espanhol e Português da Universidade da Califórnia promoveu, em Santa Bárbara, a realização de um colóquio em memória do prof. Jorge de Sena, falecido há um ano. Este colóquio foi orientado por uma comissão constituída pelos professores drs. Maria de Lurdes Belchior, Arnaldo Saraiva, Harvey L. Sharrer, Frederick G. Williams e Mary Gay Doman.

Na sessão de abertura, que foi moderada por Harvey L. Sharrer, apresentaram comunicações os professores Agostinho F. Almeida (da «Vanderbilt University»), John Austin Kerr Jr. (da «Northern Illinois University»), António Sanchez-Ro-

meralo (da Universidade da Califórnia) e Gerald M. Moser (da «Pensylvania State University»).

Esta iniciativa englobou ainda uma exposição — que esteve patente na Universidade da Califórnia — de manuscritos e obras de Jorge de Sena, tendo também sido exibido um «video-tape» produzido por Frederick G. Williams, e que inclui a biografia do escritor e a leitura de alguns dos seus poemas, em português e inglês.

A sessão dedicada à poesia de Jorge de Sena foi moderada por Maria de Lurdes Belchior, que actualmente prossegue na Universidade da Califórnia a acção de divulgação da língua e da cultura portuguesa em que se notabilizou o malogrado poeta e ensaísta. Nesta sessão, apresentaram comunicações os professores António Cirurgião (da «University of Connecticut»), Jack E. Tomlins (da «University of New México»), Frederick G. Williams (da Universidade da Califórnia) e Fernando J. B. Martinho (do Instituto Universitário de Évora).

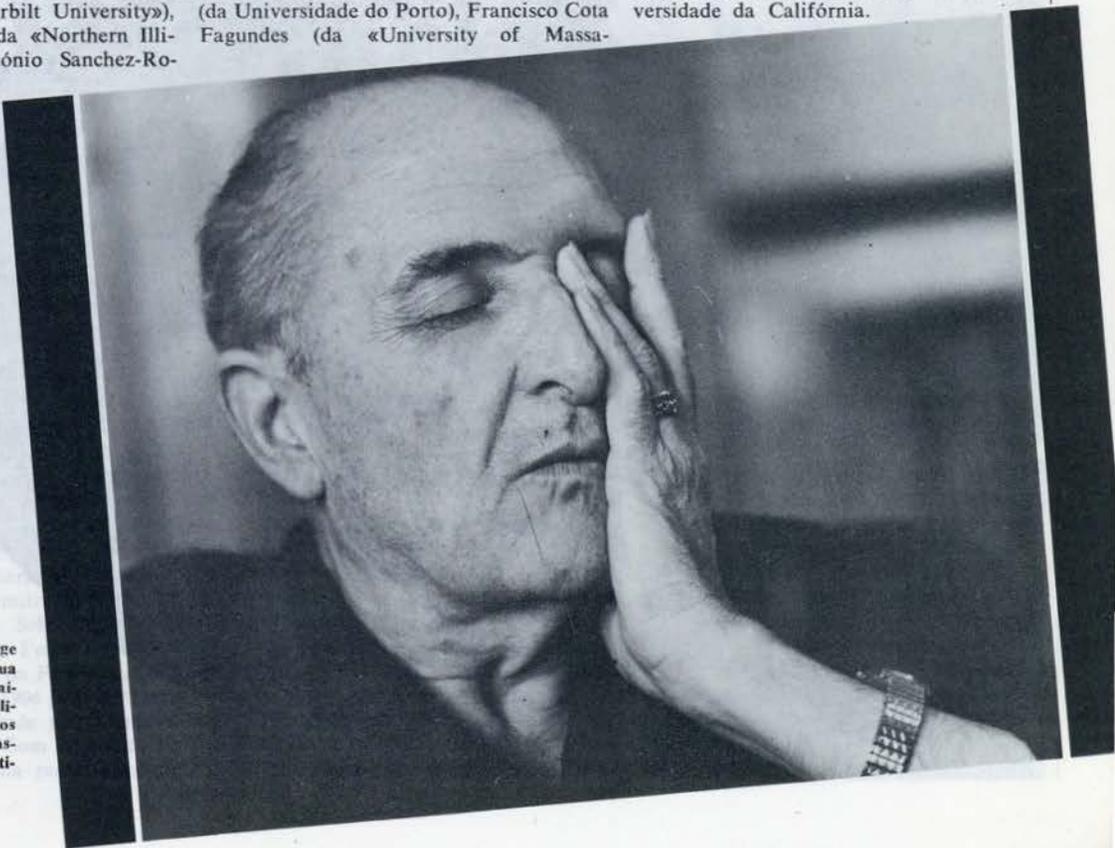
A sessão sobre a obra de ficção de Jorge de Sena, moderada por Frederick G. Williams, englobou uma série de comunicações que estiveram a cargo dos professores Daphene Patai (da «University of Massachusetts»), Maria de Fátima Marinho (da Universidade do Porto), Francisco Cota Fagundes (da «University of Massa-

chusetts»), Maria Staak Reis Machado (da Universidade Nova de Lisboa), e Carolyn Richmond (do «Brooklyn College Cuny»).

A sessão geral foi moderada por Arnaldo Saraiva e incluiu a apresentação de comunicações por Kenneth David Jackson (da «University of Texas»), Mireya Jaimes-Freyre (da Universidade da Califórnia), Francisco Joaquim Coelho (da «Stanford University»), Jorge Cury (da Universidade de S. Paulo — Brasil) e Ângelo Crespo (da Universidade da Costa Rica).

Por último, realizou-se uma sessão consagrada à crítica, a qual teve por moderador Enrique Martínez-Lopez, registando-se comunicações de Alexandrino E. Severino (da «Vanderbilt University»), Arnaldo Saraiva (da Universidade do Porto e da Universidade da Califórnia), Nelly Novaes Coelho (da Universidade de S. Paulo e Universidade da Califórnia), Maria de Lurdes Belchior (da Universidade de Lisboa e Universidade da Califórnia) e Luciana Stegagni Picchio (da Universidade de Roma).

Este conjunto de comunicações vai ser publicado por uma editora norte-americana. O consul de Portugal em S. Francisco assistiu ao colóquio, que contou com a participação de cerca de 100 pessoas, e que foi presidido pelo chanceler da Universidade da Califórnia.



Uma das últimas fotos de Jorge de Sena: um ano após a sua morte, este colóquio organizado pela Universidade da Califórnia — onde, durante tantos anos, o poeta leccionou — constituiu uma iniciativa de particular significado.



Entrada principal do Jardim Zoológico, no Parque das Laranjeiras. Na página da direita: lago central do antigo «Zoo» — segundo uma gravura de 1884 — no Parque de S. Sebastião, onde hoje se encontra a sede da Fundação Gulbenkian; Pedro Van Der Laan, grande animador da criação do Jardim Zoológico lisboeta, e Eduardo Coelho, primeiro director da instituição.

# O JARDIM ZOOLOGICO

A existência de um jardim zoológico numa grande cidade como Lisboa, constitui um factor insubstituível de actividade recreativa, educativa e científica, que não pode ser desprezado. Por isso, o «Zoo» de Lisboa, já com 95 anos de idade e dispendo de uma fauna proveniente das mais variadas regiões do globo — permitindo a observação, ao vivo, de animais dos mais diversos tipos e origens —, bem merece ser acarinhado. Essa a razão que nos leva a abordar, aqui, alguns dos seus actuais problemas.

Inaugurado pelo rei D. Luís em 28 de Maio de 1884, o Jardim Zoológico de Lisboa tornou-se, desde a sua fundação, num centro recreativo da população da capital e, com o andar dos tempos, passou a constituir um compêndio vivo para o estudo da zoologia e um extraordinário lugar de encontro para muitos milhares de adultos e crianças.

Os seus fundadores, que se constituíram em sociedade anónima — a denominada «Sociedade do Jardim Zoológico e de Aclimação de Portugal» — encontraram em Eduardo Coelho, primeiro director da instituição, um grande entusiasta da iniciativa que partira do dr. Pedro Van Der Laan, dono de um aviário de nomeada.

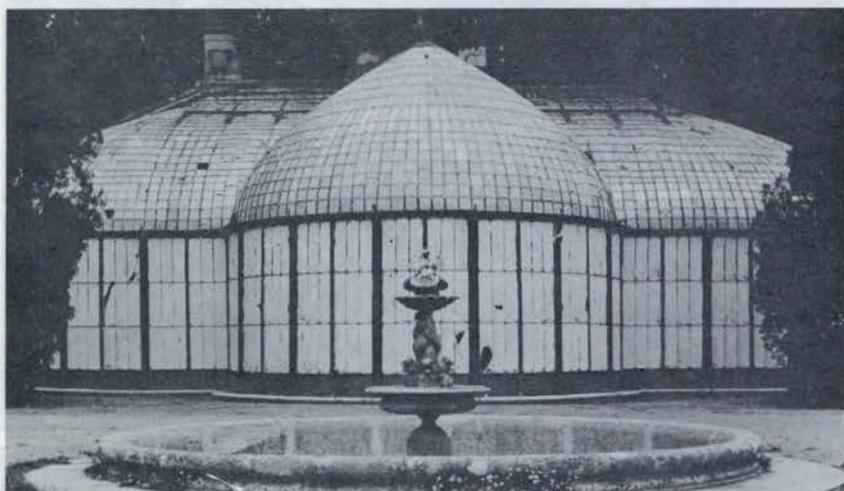
O Jardim esteve primitivamente instalado no Parque de S. Sebastião — onde mais tarde funcionou a Feira Popular e hoje se encontra a sede da Fundação Gulbenkian — e passou em 1904 para o Parque das Laranjeiras, local onde presentemente continua a funcionar. Com a quinta de Santo António, comprada posteriormente,





Um aspecto do «Grande Rosicral de Lisboa»

«Estufa de Farrobo», utilizada como casa de chá nos anos 40/50



o Zoo ficou a abranger uma área de 26 hectares, contituindo, depois do Parque de Monsanto, a mais importante zona verde da cidade.

#### Um pequeno mundo

Neste pequeno mundo, visitado anualmente por cerca de cem mil estudantes que beneficiam de entrada gratuita, podem-se observar inúmeras espécies animais, com

destaque para as gibóias, recentemente adquiridas, as zebras, o casal de camelos (que custa mais de 500 contos), os orangotangos, os tigres e os hipopótamos (avaliados em mais de 300 contos cada). Para além dos lugares que sempre mereceram uma visita obrigatória — quem não conhece a «Aldeia dos Macacos» e o «Castelo dos Leões»? —, o Jardim tem outros atractivos para as crianças, como, por exemplo, o Jardim Zoológico dos Pequenos

Na página da direita, dois curiosos aspectos arquitectónicos do «Zoo»: a «Casa da Girafa» e, em baixo, uma das jaulas de tigres.

inhos e a Escola Infantil de Trânsito, onde os mais pequenos podem familiarizar-se com os problemas de circulação na cidade e na estrada.

Uma outra novidade é a estufa para culturas hipodónicas (cultura de plantas feita unicamente em água, com sais dissolvidos e sem recurso de terra), destinadas à produção de forragens ricas em sais minerais e vitaminas.

De salientar ainda que, brevemente, e em troca de animais excedentários, o Zoo de Lisboa vai receber do Jardim Zoológico de Barcelona um bisonte europeu, espécie rara que foi recuperada na Polónia.

#### A alimentação dos grandes animais

Os encargos que mais pesam no orçamento do Jardim são, naturalmente, a alimentação dos animais, que importa em mais de seis mil contos por ano, e as despesas de conservação das instalações.

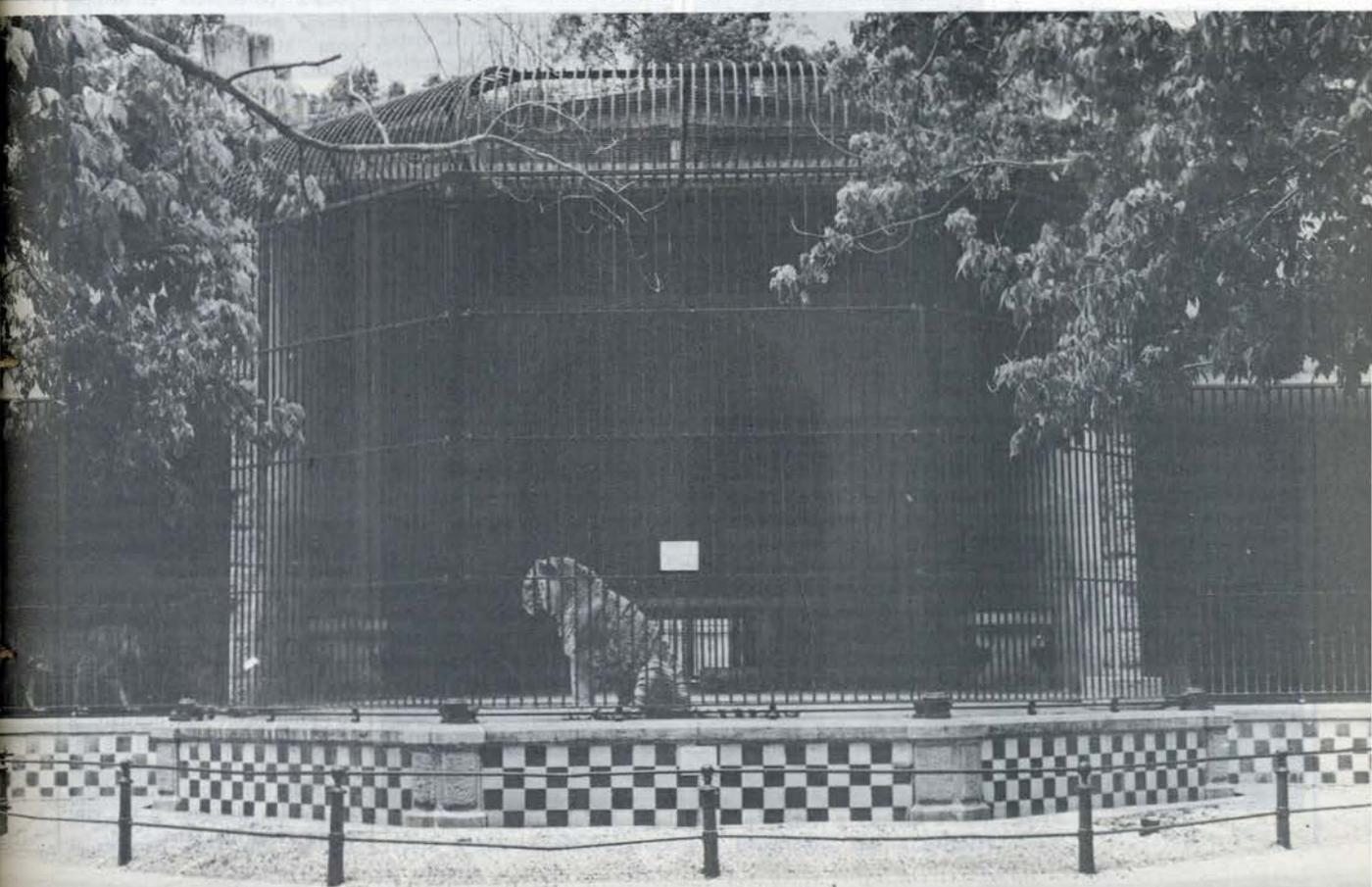
Cada elefante, por exemplo, come diariamente 200 quilos de alimentos; os rinocerontes e hipopótamos comem mais de cem quilos cada; os primatas, por seu lado, têm dietas complicadas (frutas, cenouras, pão, amendoins, alfafes, sopas de legumes, café com leite e carne grelhada, três vezes por semana); e os flamingos do Chile, para não perderem o pio e a sua bela cor de cenoura, têm de ser alimentados com camarão, que é misturado nas suas papas diárias.

Por tudo isto, o Jardim Zoológico dispende mais de seis mil contos por ano com os seus 2.117 animais (divididos por 65 famílias e representando 272 espécies). Como existem ainda gastos da ordem dos 17 mil contos com os pagamentos aos 123 funcionários, os vinte mil contos de receitas (correspondendo a 650 mil entradas vendidas anualmente) não chegam para cobrir as despesas.

Se no começo da existência do Zoo não se registavam grandes dificuldades de administração, uma vez que os seus fundadores e beneméritos supriam os saldos negativos, hoje as suas finanças encontram-se desequilibradas. A partir de 1973, as receitas não permitiram sequer a substituição de animais e a admissão de pessoal, para substituição do que se foi reformando (cerca de 60 ultrapassados), pelo que o défice do Zoo ultrapassou o montante de cinco mil contos.

Por tal motivo — e apesar do MEIC e da Câmara Municipal de Lisboa contribuírem anualmente com subsídios no valor de 1600 contos — o Jardim Zoológico enfrenta presentemente uma situação difícil.



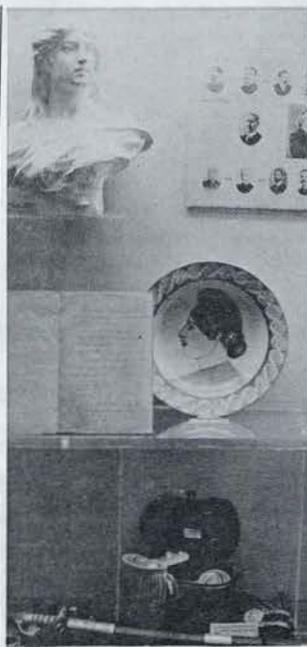


## MUSEU DA CIDADE DE LISBOA

A Câmara Municipal de Lisboa está a proceder a profundas obras de adaptação no Palácio Pimenta, sito no Campo Grande, de modo a transformá-lo em Museu da Cidade, dadas as características peculiares daquele importante edifício setecentista.

A ideia da organização de um Museu que documentasse a história da cidade remonta à vereação presidida por Braamcamp Freire (1908-1912), mas só muito mais tarde, em 1942, tal projecto viria a ser concretizado, sendo instalado o Museu no Palácio da Mitra, ao Poço do Bispo, onde permaneceu aberto ao público até 1973.

Tendo a CML comprado, entretanto, o Palácio Pimenta, no início da década de sessenta, pensou-se, desde logo, no seu aproveitamento, não só por apresentar condições muito



mais vantajosas para uma adaptação a Museu da Cidade (área mais vasta e localização acessível, dispondo de jardins e parque envolvente, planta clara e boa circulação), mas, principalmente por dispor de espaços livres para novas construções.

As obras de adaptação, que são necessariamente morosas, pois cobrem grandes áreas, decorrem em bom ritmo, prevenindo-se que, para além da abertura, em 18 de Maio passado (Dia Internacional dos Museus) das salas do andar nobre, todo o Palácio venha a estar ao serviço do público a breve trecho. De qualquer modo, podem já ser já vistas, neste Museu, as salas dedicadas à Lisboa dos períodos da Restauração, Joanino, Marquês de Pombal, finais do século XVIII, Romântico e da Revolução Republicana.



## «JORNADAS PORTUGUESAS» EM UNIVERSIDADE MEXICANA

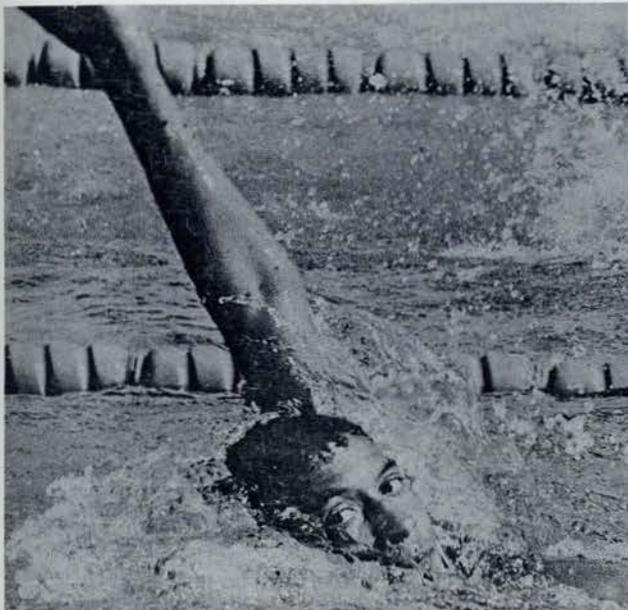
As «Jornadas Portuguesas», recentemente realizadas na Universidade Autónoma Metropolitana da cidade do México, foram constituídas por uma exposição de gravuras e de cartazes turísticos portugueses; uma audição de música regional; a apresentação de um filme sobre os acontecimentos históricos do «25 de Abril»; um recital dedicado à poesia de Fernando Pessoa e seus heterónimos; projecção de um conjunto de diapositivos, comentados pelo secretário da Embaixada de Portugal, sobre aspectos geográficos do nosso País; e uma conferência sobre poesia portuguesa contemporânea, proferida pela professora Maria de Lurdes Belchior.



Maria de Lurdes Belchior

Esta professora falou ainda, no Colégio do México, sobre a poesia social portuguesa e a obra «Portugal, Labirinto da Saudade», da autoria de Eduardo Lourenço. Na ocasião, a Embaixada de Portugal na capital mexicana ofereceu uma recepção em honra de Maria de Lurdes Belchior e da viúva de Jorge de Sena.

## NATAÇÃO: SUPERADOS 29 RECORDES NACIONAIS



Rui Abreu em prova: uma actuação exemplar neste Portugal-Grécia em natação.

Os nadadores portugueses alcançaram um triunfo sem precedentes sobre a Grécia, no encontro disputado na piscina do Clube Fluvial Portuense. No sector masculino, os portugueses venceram por 89-53, e no feminino por 78-64. A representação portuguesa alcançou 29 recordes: três na categoria de juvenis, 12 na de seniores e 14 absolutos.

Na primeira jornada, fértil em queda de recordes (10 absolutos e 17 de categoria), os progressos da nataçao nacional ficaram à vista de todos, muito embora as dificuldades não tivessem sido totalmente eliminadas. Porém, actuações como a de Rui Abreu nos 100 metros mariposa, correspondem à melhoria verificada. Basta acrescentar que ambos ultrapassaram pela primeira vez a barreira do minuto, marca igualmente verificada no per-

curso de costas realizado por Rui Abreu na estafeta dos 4x100 estilo, batendo novo recorde nacional e absoluto.

Salientamos ainda alguns dos recordes batidos pelos nadadores portugueses: Cláudia Osório, nos 400 metros livres, de juvenis e absoluto; Liliana Santos, nos 200 mariposa, de seniores e absoluto; Jaime Fidalgo nos 100 metros bruços, de seniores e absoluto; Teresa de Sousa, nos 200 metros bruços, de juvenis e absolutos; José Baltasar Leite, nos 1.500 metros, de seniores absoluto, e na passagem dos 800 metros bateu o recorde; Liliana Santos, nos 200 estilo de nacional seniores e na prova de estafeta e ainda nos 200 estilo, também de seniores e absoluto; Paulo Frischknecht, nos 400 livres, de seniores e absoluto; e outra vez Liliana Santos, nos 100 mariposa, de seniores.

Desta jornada resultou, assim, um triunfo global de 167-117 para a representação nacional, frente à sua congénere grega.



## ATLETISMO: «PASSAPORTE EUROPEU» PARA ANTÓNIO LEITÃO

O atleta António Leitão conquistou duas marcas notáveis — que podem ser consideradas verdadeiras proezas, no âmbito do nosso meio desportivo — no decurso da presente época.

A primeira proeza deste jovem representante do Sporting de Espinho foi alcançada na jornada inaugural da «Taça Fernando Amado», disputada no Estádio Nacional, ao obter, nos 1.500 metros, os «mínimos necessários para participar nos Campeonatos Europeus de Juniores, a realizar em Agosto próximo, na Polónia.

A segunda proeza registou-se no «meeting» desportivo que a CGTP — Intersindical — em colaboração com a Federação Portuguesa de Atletismo — realizou, também nos terrenos do Jamor, e onde, mais uma vez, António Leitão conseguiu a «façanha» memorável de alcançar a melhor marca mundial do ano na légua (com 13 m. e 57,7 s.), na categoria de Juniores, conquistando, ao mesmo tempo, o recorde nacional. Saliente-se que este excelente resultado equivale à melhor marca portuguesa de sempre, na distância.

## ALMADA ATLÉTICO CLUBE GANHOU A TAÇA DE PORTUGAL DE ANDEBOL FEMININO

O Almada Atlético Clube ganhou a «Taça de Portugal» de andebol feminino ao bater, na final, o Liceu de Oeiras, por 21-18, após dois prolongamentos.

Esta final, disputada no pavilhão D. Pedro V, em Lisboa, foi uma grande festa do andebol, tanto pela vitória do Almada, que milita ainda na II Divisão regional de Lisboa, como pela capacidade demonstrada pelas duas equipas, ambas dignas uma da outra em versatilidade e ardor de luta. Se a turma vencedora é muito jovem, a vencida é muito experiente; daí a surpresa

de a vitória ter vindo a sorrir à equipa menos favorita, segundo os observadores. As jovens de Almada forçaram o ataque e conseguiram empatar já na fase final, por 16-16, obrigando as campeãs nacionais da anterior edição da Taça a sujeitarem-se a dois prolongamentos sucessivos. O primeiro saldou-se por novo empate, desta feita a 18-18. No decurso do segundo prolongamento, a equipa do Almada, tendo melhorado fisicamente, marcou três golos sem resposta, vindo a ganhar por 21-18.

## MOTOCICLISMO: JORGE VIEGAS EM FOCO



Todos os que acompanham de perto as provas de motociclismo, em Portugal, sabem que Jorge Viegas foi campeão nacional de 250 cc. e vice-campeão em 350 cc. da última temporada, tendo participado igualmente em competições internacionais em França, Espanha e, já no início da

presente época, no Grande Prémio da Venezuela, prova inaugural do «Mundial» de velocidade.

O que muitos adeptos da modalidade ainda desconhecem é que Jorge Viegas foi convidado para piloto oficial da marca italiana «Benille», tendo-se estreado já no Grande

Prémio de Itália, disputado no circuito de Imola, tripulando a nova «Benille» de 250 cc. uma máquina de competição

cuidadosamente preparada pelos técnicos e especialistas daquela fábrica italiana.

## REMO: CAMPEONATO NACIONAL DE FUNDO

A Associação Naval de Lisboa conquistou a «Taça Cidade do Porto», ao vencer a 1.ª prova de «Yolle 8». Este troféu destinava-se ao clube que vencesse a competição em três anos seguidos, proeza que a ANL agora averbou.

Este Campeonato Nacional de Fundo, na modalidade de remo, disputou-se no Rio Douro, entre Cantareira e a Ponte D. Luís e teve outros dois vencedores: a Associação Naval 1.º de Maio, da Figueira da Foz (Shell 4) e o Clube Fluvial Portuense (Shell 8). De salientar que desde 1973 que se não disputavam provas na modalidade de Shell 4.

## CICLISMO: VOLTA AO ALGARVE

Firmino Bernardino, do Lousa, foi o vencedor da 5.ª edição da «Volta ao Algarve» em bicicleta, depois de ter obtido o melhor tempo no contra-relógio individual entre Loulé e a Picota, com que a prova terminou.

O ciclista do Lousa percorreu os 9 quilómetros deste percurso em 14 minutos e 8 segundos, passando para o primeiro lugar da classificação, até então na posse de Fernando Mendes, do Zala.

Assim, a classificação geral da «5.ª Volta ao Algarve» foi a seguinte: 1.º Firmino Bernardino (Lousa); 2.º Joaquim Andrade (Sangalhos); 3.º Adélino Teixeira (Coelima); 4.º Luís Teixeira (Coelima); 5.º Marco Chagas (Lousa); 6.º Fernando Mendes (Zala); 7.º



Firmino Bernardino (Lousa) no «sprint» final da «V Volta ao Algarve».

Alexandre Ruas (Coelima); 8.º José Madeira (Campinense); 9.º Carlos Santos (Lousa); 10.º Floriano Mendes (Sangalhos).

## ENCONTRO DE JORNAIS REGIONAIS DO ALGARVE

Na vila de Olhão realizou-se o «III Encontro dos Jornais do Algarve», tendo o presidente do município local oferecido uma recepção em honra dos jornalistas ali reunidos. A organização do encontro esteve a cargo de uma comissão constituída pelos representantes dos jornais «Folha de Domingo», «Sporting Olhanense» e «O Tavira». O encontro seguinte deverá realizar-se em 5 de Abril do próximo ano, em Vila Real de Santo António.

No encontro deste ano foram debatidos, entre outros, os seguintes temas: criação de uma Associação de Imprensa Algarvia, instalação na zona central do Algarve, de uma oficina de fotogravura e concessão do regime porte-pago a todos os periódicos da região.

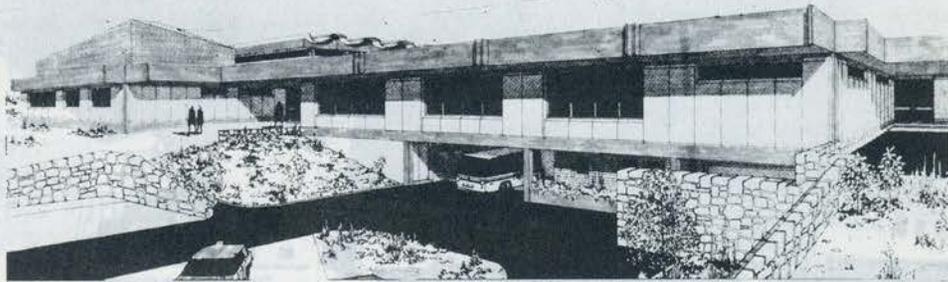
## POTENCIALIDADES DA RIA DE AVEIRO

Técnicos de uma empresa norte-americana especializada no aproveitamento das riquezas de fundos marinhos estiveram em Aveiro, tendo como objectivo proceder a estudos sobre as possibilidades que esta região lacustre oferece no capítulo da flora aquática e das potencialidades salicícolas.

Os trabalhos de prospecção que têm vindo a ser realizados incidem sobre a área — a mais ampla de toda a ria — abrangida pelo concelho da Murtosa e as pequenas ilhas vizinhas.

## NOVO SISTEMA ANTIPOLUIÇÃO EM CACIA

O Centro de Produção Fabril de Cacia da «Portucel» vai dispendir cerca de 500 mil contos na instalação de um sistema antipoluição, que deverá estar a funcionar em pleno dentro de seis anos.



Foi finalmente concluído e aprovado o projecto para a futura Escola Superior de Educação de Castelo Branco, a constituir na Quinta de S. Tiago e que ocupará uma área total de 25 mil metros quadrados, com acessos a realizar em nova área urbana. O início do seu funcionamento está previsto para o ano de 1981/82, segundo revelou o director-geral do Ensino Superior ao semanário «Reconquista», editado naquela cidade. A Escola, que se destina à formação de professores, tem instalações que se desenvolvem por uma área de construção de aproximadamente 4.500 metros quadrados, incluindo os seguintes núcleos: grande «hall» de entrada, refeitório e salão de convívio, salas de aula, gabinetes de professores, laboratórios, centros de artes e ofícios, sector de artes gráficas, salas de música, anfiteatro, biblioteca, secretaria e administração, serviços e ginásio. Na área envolvente, que será ajardinada, prevê-se a instalação de um campo de jogos.

Em conferência de imprensa realizada recentemente, foi anunciado que, numa primeira fase agora iniciada, será construído um dispositivo cujo custo rondará os cem mil contos e que permitirá a eliminação do caudal poluente despejado no rio Vouga.

Paralelamente, serão tomadas medidas internas visando a redução da poluição nos sectores de preparação de madeiras, evaporação de lexívias, caustificação, refinação de nós e da máquina de papel, cujo custo importará em cerca de 400 mil contos.

No que respeita ao combate à poluição aérea, as instalações vão ser dotadas de uma nova caldeira de recuperação de gases e de uma chaminé, com oitenta metros de altura. Com estes dispositivos conseguir-se-á uma redução de cerca de 98 por cento na poluição aérea.

## CENTRAL TELEFÓNICA EM CHAVES

Deverá concluir-se em breve a nova central telefónica de Chaves, com capacidade para 5 mil telefones. Orçada em cerca de 45 mil contos, a nova

central, logo que concluída, vai permitir descongestionar o tráfego que faz «relais» em Chaves e que serve um grande número de povoações vizinhas, entre as quais Vidago, Boticas, Galvão, Montalegre e Trancancas.

## FEIRA DO ARTESANATO NO ESTORIL

FEIRA DO ARTESANATO  
FOIRE DE L'ARTISANAT  
HANDICRAFTS FAIR  
HANDWERK/MEISE



A Junta de Turismo da Costa do Estoril anunciou a próxima realização da «XV Feira de

artesanato — I Feira Internacional», pretendendo internacionalizar o certame através da participação de diversas representações estrangeiras.

A Feira de 1979 visa uma melhor e maior divulgação de objectos artesanais característicos de muitas regiões do nosso País que ainda não tinham figurado em anteriores edições; este objectivo levou a Junta a efectuar um levantamento rigoroso do artesanato a nível nacional, ao qual se seguirá uma selecção criteriosa, de forma a atingir um nível de qualidade que incentive à exportação.

Entretanto, foram introduzidas duas importantes novidades na organização interna da Feira: um cinema para cerca de 250 pessoas, que exhibirá filmes sobre as regiões e países representados e a uniformização dos «stands» (medidas e materiais), de forma a melhorar os aspectos funcional e estético da Feira.

Com esta dinâmica a Junta de Turismo da Costa do Estoril conta atingir um total de 200 mil visitantes para o certame, número perfeitamente possível se atendermos à evolução registada nos dois últimos anos: 118 mil visitantes em 1977 e 154 mil em 1978.



O calendário das diversas realizações que a Comissão Regional de Turismo do Algarve leva a efeito nos próximos meses de Julho e Agosto, é o seguinte:

#### Julho:

**DIAS 1 A 31** — Verão Musical do Algarve, em toda a região algarvia; Festas de Verão, no Castelo de Silves; Feira do Livro, em Lagos; Feira da Lada, em S. Brás de Alportel.

**DIAS 2 A 7** — Ténis: III Torneio «Inter-Sócios», em Vilamoura.

**DIA 7** — Troféu Internacional «Carteya» (Cruzeiros), em Vilamoura; Torneio de Golf Pro-Am, em Vilamoura.

**DIAS 15 A 31** — Feira do Carmo, em Faro.

**DIAS 18 A 22** — Gamão: 1.º Torneio «Inter-Hotéis», em Vilamoura.

**DIAS 21 A 24** — Copa de Espanha (Cruzeiros), em Vilamoura.

**DIAS 21 E 22** — II Festival de Música de Jazz do Algarve, em Faro.

**DIAS 23 A 28** — Ténis: IV Torneio «Inter-Hotéis», em Vilamoura.

#### Agosto:

**DIAS 4 A 10** — I Semana Internacional de Vilamoura (Cruzeiros), em Vilamoura.

**DIAS 6 A 11** — Ténis: V Torneio «Inter-Hotéis», em Vilamoura.

**DIAS 11 E 12** — Grande Prémio de Motonáutica na Praia da Rocha, em Portimão.

**DIAS 12 A 19** — Festas de Verão da Vila de Loulé.

**DIA 11** — I Sábado de Voleibol, em Vilamoura.

**DIA 13** — Festa e Feira da Nossa Senhora dos Navegantes, em Armação de Pêra.

**DIA 15** — Prova de Motonáutica, na Marina de Vilamoura.

**DIAS 17 E 18** — Judo: 1.º Fim-de-Semana, em Vilamoura.

**DIA 18** — II Sábado de Voleibol, em Vilamoura.

**DIAS 19 E 20** — Festas da Vila, em Albufeira.

**DIAS 20 A 25** — Ténis: VI Torneio «Inter-Hotéis», em Vilamoura.

**DIA 25** — Serenata na Marina de Vilamoura.

**DIA 26** — Festas de Santa Catarina, em Portimão.

**DIA 29** — Festas Populares em Sagres.

## CALENDÁRIO DE ACTIVIDADES DA COMISSÃO REGIONAL DE TURISMO DO ALGARVE

## SERRA DA ESTRELA

É da ordem dos 25 mil contos o custo das obras de ampliação da barragem da Cova do Viriato, na Serra da Estrela, que é a principal fonte de abastecimento das redes de fornecimento de água à cidade da Covilhã e zona periférica.

O estudo do aumento da cota da barragem foi ordenado, há já algum tempo, pela Câmara Municipal da Covilhã, face aos cálculos de consumo para os próximos anos, e as obras, já aprovadas e com comparticipação oficial garantida, deverão iniciar-se logo após a entrada em vigor do Orçamento Geral do Estado, segundo informação do presidente da edilidade, Lopes Teixeira.

## FESTIVAL DE FOLCLORE NA GUARDA

Um «Festival de Folclore Nacional» vai realizar-se na Guarda, no decorrer das Festas da Cidade, que se realizam de 22 de Julho a 5 de Agosto próximos. Numa reunião de cerca de duas dezenas de componentes da comissão de festas, foi

decidido dedicar o dia de abertura à cidade. Outros dias deste Festival serão dedicados ao emigrante, à criança e ao bombeiro.

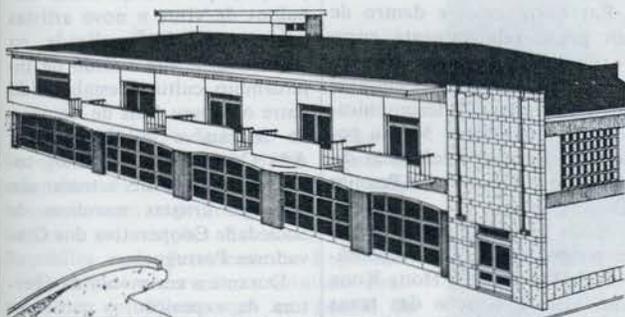
## REDE TELEFÓNICA DE OLHÃO

A rede telefónica de Olhão, que comporta actualmente 1.500 telefones, vai ser ampliada, passando a ter uma capacidade para 10 mil assinantes. As obras de ampliação, que deverão estar concluídas este ano, foram determinadas na perspectiva de, em breve, Olhão vir a ser elevada à categoria de cidade.

## CENTRO SOCIAL DE SANTANA

O governador do distrito de Portalegre inaugurou o Centro Social e Cultural de Santana, onde está instalada a Junta de Freguesia, um posto médico e um salão para convívio.

Na altura, o chefe do distrito anunciou à população que o abastecimento de água ao domicílio naquela freguesia será em breve uma realidade.



Gois, viveu recentemente horas de esufiante alegria com o lançamento da primeira pedra do novo quartelamento dos seus Bombeiros Voluntários. Na verdade, o novo edifício constituiu obra arrojada, pois trata-se, quiçá, do melhor quartel de Bombeiros Voluntários do distrito de Coimbra, importando em cerca de 14 mil contos, com comparticipações oficiais da ordem dos 90 por cento, cabendo à Associação os restantes 10 por cento e as despesas com o equipamento, avaliado em cerca de 5 mil contos. O edifício, amplo e funcional, ficará instalado em área privilegiada, junto à estrada Góis-Arganil, no local do entroncamento da estrada do Vale do Ceira.



Um decreto do Governo Regional dos Açores, publicado no «Diário da República», aprova o desenho da bandeira daquela Região Autónoma e a partitura e letra do respectivo hino.

Recorde-se que a bandeira dos Açores é branca e azul, tendo ao centro um açor, encimado por nove estrelas (representando as nove ilhas do arquipélago). Por outro lado, o hino agora aprovado é o «hino da autonomia», originário do século passado.

## ENTRADA DE DIVISAS NOS AÇORES

O total de divisas estrangeiras que entraram nos Açores, durante o ano de 1978, ascendeu a 619 mil contos.

Este montante, agora divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística, equivale a um aumento de 62,3 por cento em relação ao ano de 1977, em que as entradas de divisas rondaram os 418 mil contos. Em relação a 1976 (282 mil contos) o aumento foi de 140,2 por cento.

## PRODUÇÃO DE AGAR-AGAR

As duas fábricas de algas existentes nos Açores vão beneficiar de um estatuto de preferência, em relação às suas congéneres do continente, no que diz respeito à aquisição de algas colhidas na região.

Segundo as entidades responsáveis pelo sector, esta medida proteccionista visa salvaguardar os interesses económicos regionais e defender a manutenção

dos postos de trabalho — cerca de cem — que as duas fábricas de algas asseguram, a da ilha Terceira e a de S. Miguel.

As algas, matéria-prima para o fabrico de agar-agar, são apanhadas praticamente durante os meses do Verão. Normalmente, os industriais do continente pagam aos apanhadores preços superiores aos oficialmente tabelados no arquipélago.

O agar-agar é exportado principalmente para os países da CEE e Japão, e tem constituído, nos últimos anos, uma importante fonte de divisas para os Açores, embora a sua produção tenda a diminuir, face aos preços pouco compensadores que se vêm praticando na região.

## NOVO HOTEL

Os Açores vão contar, em breve, com mais uma moderna unidade hoteleira. Trata-se de um hotel de cinco estrelas (categoria de luxo) que vai ser erguido na Vista do Rei, na zona das Sete Cidades, e cujo anteprojecto foi já aprovado pela Câmara Municipal de Ponta Delgada.

# madeira hoje

DIÁRIO DE NOTÍCIAS E DEBATES  
SEMANÁRIO DE MACAU (TRIMESTRE REGIONAL)  
N.º 1000  
1987  
12 de Junho de 1987  
12 de Junho de 1987  
12 de Junho de 1987

## COLONIA: Finalmente extinta?



A fotografia documenta um aspecto da Conferência de Imprensa levada a efeito pelo Cine-Forum do Funchal, para a apresentação do Grupo de Teatro Experimental de Cascais, que fará entre nós a estreia da peça «A Mãe».



«Pirata Azul» continua varado e o Porto Santo à espera

### AS VISITAS DO PRESIDENTE

Dia Mundial do Ambiente — 5 de Junho

S. VICENTE — Infraestruturas em atraso

### PRIMEIRA EXPOSIÇÃO DO MUSEU MILITAR DA MADEIRA

A Ilha da Madeira passou a contar com mais um semanário regional, intitulado «Madeira Hoje», que se define como «pluralista e independente» e que procurará «colmatar a falta de informação que se faz sentir a partir desta região, o mesmo acontecendo com a comunidade madeirense residente na metrópole».

O «Madeira Hoje» é distribuído nos principais postos de venda da cidade de Lisboa, Porto e Coimbra, e tem a sua sede na cidade do Funchal.

### INTERCÂMBIO CULTURAL MADEIRA-ISRAEL

A Câmara Municipal do Funchal assinou um protocolo de intercâmbio cultural com o município de Tel-Aviv-Yafo.

O acordo, assinado pelo presidente da Câmara funchalense e pelo representante da edilidade daquela cidade israelita, visa estabelecer relações amigáveis entre as duas cidades e prevê o intercâmbio de grupos folclóricos, desportivos, de trabalhadores ou estudantes, técnicos dos quadros municipais e exposições de arte. Por outro lado, ambas as partes acordaram em que as despesas de des-

locação serão suportadas pelos próprios, e as estadias pela municipalidade anfitriã.

### MADEIRA INTERESSA AO TURISMO SUL-AFRICANO

Tudo indica que num futuro próximo os sul-africanos irão passar as suas férias à ilha da Madeira e, assim, descobrir as belezas paisagísticas locais. A comprová-lo está o facto de 15 agentes de viagens da África do Sul se terem deslocado recentemente à Madeira para estudar as possibilidades de dirigir correntes turísticas do seu país para aquela região autónoma.

### EMISSÕES DE TELEVISÃO

Presidido pelo director do Centro de Informação e Turismo de Macau, Jorge Rangel, um grupo de trabalho está presentemente a estudar uma série de propostas para a montagem de uma ou várias empresas de televisão naquele território sob administração portuguesa.



Jorge Rangel

Três das propostas referem-se à transmissão de programas através de cabo, enquanto que uma outra, que reúne capitais de Macau e Hong-Kong e inclui tecnologia japonesa, pretende a transmissão por radiodifusão.

Actualmente, Macau recebe a televisão a cores de Hong-Kong, distribuída por quatro canais (dois em chinês e dois em inglês). Nalgumas zonas da cidade é também possível captar a televisão chinesa, nomeadamente a sua emissão a cores destinada à região de Cantão.

Por outro lado, e dentro de um prazo relativamente curto — três meses, segundo afirmou o eng. Paulo Alves, responsável pelos Correios e Telecomunicações do território — Macau poderá ter ligações telefónicas directas com a cidade de Pequim (Beijing).

Neste momento, estão a decorrer contactos entre responsáveis de Macau e de Hong-Kong com vista à fixação das taxas de utilização, na medida em que o citado circuito telefónico funcionará através desta colónia britânica.

### UNIVERSIDADE INTERNACIONAL DE MACAU

A Universidade Internacional de Macau começará a funcionar

no próximo mês de Outubro, propondo-se, segundo vem consignado nos seus estatutos, ser «um autêntico centro de estudos da civilização portuguesa no Oriente» e simultaneamente «recriar no microespaço macaense a sua tradição histórica de ponto de convergência de raças e de diálogo de civilizações, especialmente da portuguesa e da chinesa».

O arranque da Universidade foi anunciado durante uma reunião realizada naquele território, sob a presidência do governador Melo Egidio e com a presença do director do Gabinete de Macau em Lisboa, Morais Santos, o qual anunciou, na oportunidade, que o Ministério dos Negócios Estrangeiros dará todo o apoio à nova Universidade, apoio que será coordenado e intensificado com a próxima entrada em funções da Direcção-Geral de Cooperação.

### GRAVURA PORTUGUESA EXPOSTA EM HONG-KONG

Uma exposição de gravura portuguesa contemporânea esteve patente no «Arts Centre» de Hong-Kong. A referida exposição, que reuniu trinta trabalhos de vinte e nove artistas portugueses, foi realizada na sequência de um acordo de intercâmbio cultural estabelecido entre o Museu Luís de Camões, de Macau, e o «Hong-Kong Arts Centre». Os trabalhos, todos da década de setenta, são obra de artistas membros da Sociedade Cooperativa dos Gravadores Portugueses.

Durante a cerimónia da abertura da exposição, o conservador do Museu Luís de Camões, António da Conceição Júnior, afirmou que tal iniciativa constituía «um sinal de interesse e de boa vontade de Lisboa» e sublinhou que a mesma contribuiu para «projectar uma na outra as nossas cidades», acrescentando que Hong-Kong e Macau, apesar das suas diferenças, têm grandes afinidades que devem ser exploradas.

# PORTUGAL E O CONSELHO DA EUROPA



O nosso País aderiu ao Conselho da Europa em Setembro de 1976, depois de cumpridos os necessários requisitos institucionais, com a promulgação da Constituição e as eleições da Assembleia da República e do Presidente da República.

Na citada entrevista, o ministro Freitas Cruz considerou que «a adesão de Portugal foi particularmente importante para o Conselho, por se tratar do país europeu ocidental há mais tempo privado de instituições democráticas». Por outro lado, conforme recordou Freitas Cruz, ainda antes da adesão portuguesa ter sido formalizada, o Conselho aprovou um programa especial de cooperação económica com o nosso País, sendo ainda de realçar que o Fundo de Restabelecimento — organismo financeiro da instituição — concedeu a Portugal diversos empréstimos para fins



**Portugal é um dos países europeus cujos cidadãos mais salvaguardados têm os direitos consignados nas respectivas constituições», declarou à Anop o ministro dos Negócios Estrangeiros, a propósito da celebração do 3.º aniversário do Conselho da Europa, instituição que reúne presentemente 21 democracias parlamentares.**

sociais, em condições particularmente vantajosas.

A integração de Portugal no Conselho da Europa significa «o reconhecimento formal e colectivo pela Europa do regime democrático português e as possibilidades de cooperação política com os restantes 20 países, quer ao nível governamental, no Comité de Ministros do Conselho, quer a nível parlamentar, na sua Assembleia consultiva», disse Freitas Cruz.

Referindo-se às vantagens decorrentes desta integração, o titular da pasta dos Negócios Estrangeiros sublinhou «a possibilidade de técnicos e funcionários portugueses debaterem com técnicos e funcionários de outros países numerosos assuntos da sua especialidade», assegurando «as condições que permitam a adesão de Portugal a múltiplas convenções europeias». Simultaneamente, a participação de Portugal no Conselho da Europa permitiu reforçar os direitos e as garantias de todos os cidadãos portugueses, nomeadamente após a ratificação, pelo nosso País, da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e do reconhecimento da jurisdição do Tribunal Europeu e do direito de petição.

A terminar, Freitas Cruz salientou que os países membros do Conselho da Europa, «sejam quais forem as suas dife-

22 renças históricas, culturais, religiosas, políticas e económicas, optaram todos por uma concepção da democracia que tem como «pedra de toque» o respeito, por parte do Estado, dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos.



**Principais objectivos do Conselho da Europa**

O Conselho da Europa é a mais antiga instituição política de âmbito europeu. Fundado em 1949, em Londres, o Conselho tem actualmente a sua sede em Estrasburgo, dispondo de um Comité Ministerial, de uma Assembleia Parlamentar e de um Secretário.

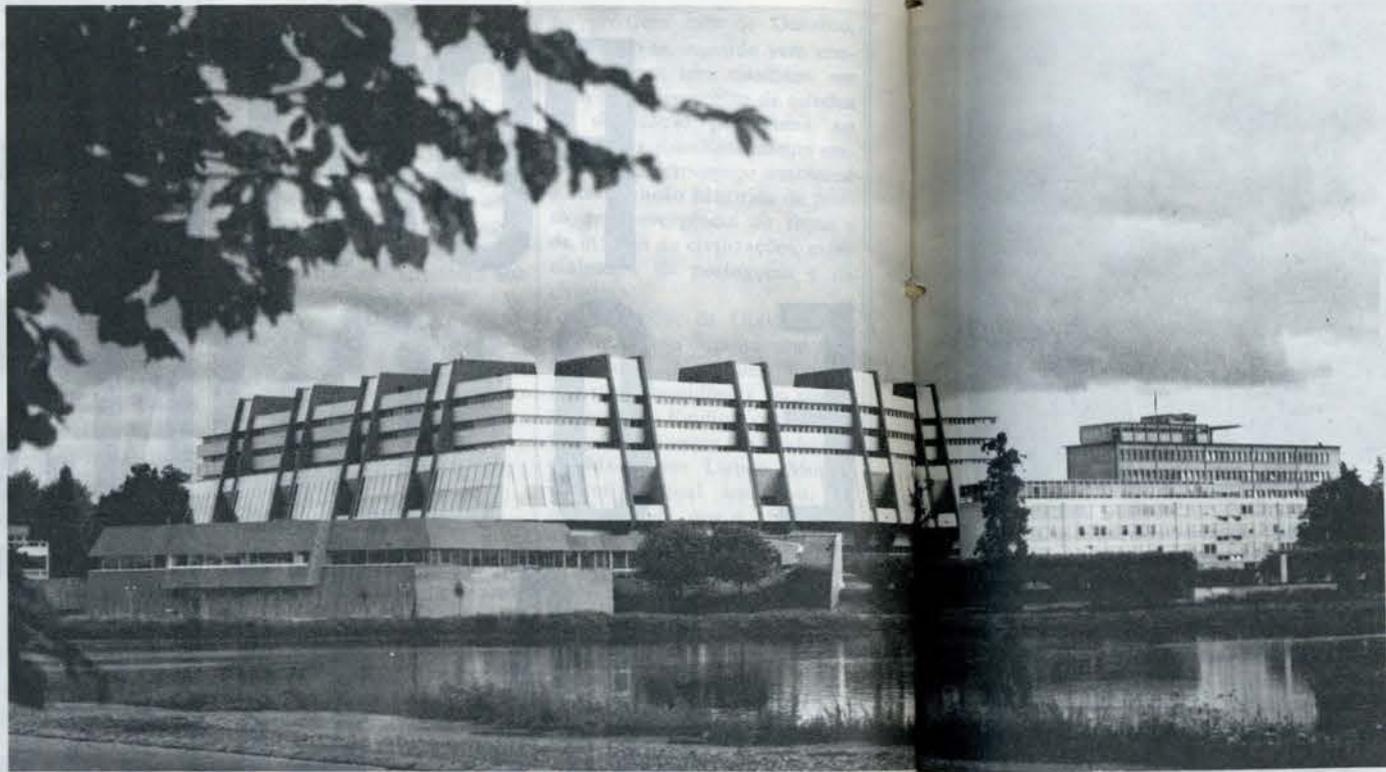
Trinta anos após a aprovação dos seus estatutos, o Conselho da Europa continua a prosseguir os mesmos objectivos que presidiram à sua criação: contribuir para uma maior unidade europeia, melhorar as condições de vida e desenvolver os valores humanos na Europa, defender os princípios da democracia parlamentar e os Direitos do Homem.

Qualquer Estado europeu pode tornar-se membro do Conselho desde que reconheça os objectivos que este se propõe atingir. Actualmente, são 21 os Estados membros da organização: Alemanha Federal, Áustria, Bélgica, Chipre, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Holanda, Islândia, Itália, Liechtenstein, Luxemburgo, Malta, Noruega, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça e Turquia.



**O Comité de Ministros e a Assembleia Parlamentar**

Composto pelos ministros dos Negócios Estrangeiros dos países membros, o Comité de Ministros é o órgão responsável pelo conjunto de actividades do Con-



Palácio da Europa, em Estrasburgo; aspecto de uma das sessões da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.

selho da Europa e pela acção comum desenvolvida junto dos respectivos Governos, pronunciando-se igualmente sobre as recomendações formuladas pela Assembleia Parlamentar ou sobre as propostas submetidas à sua apreciação pelos comités de peritos.

As decisões do Comité de Ministros podem tomar a forma de «resoluções» — definindo as medidas comuns recomendadas a cada um dos Governos —, de «convenção» ou de «acordo», tendo, nestes últimos casos, força de obrigatoriedade para os Estados que os ratifiquem.

A Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa foi o primeiro parlamento internacional da História. Embora não disponha de poderes legislativos, desempenha um papel particularmente importante, já que, através do envio de recomendações ao Comité de Ministros, suscita uma acção europeia conjunta na resolução dos mais diversos problemas. A Assembleia é constituída por 170 deputados e reúne três vezes por ano, a par dos trabalhos das comissões parlamentares especializadas.

O Secretariado do Conselho da Europa dispõe de cerca de 750 funcionários, recrutados nos países membros.



**Freitas Cruz em Estrasburgo**

O ministro dos Negócios Estrangeiros participou na recente reunião do Comité de Ministros do Conselho da Europa, realizada em Estrasburgo. Na ocasião, o embaixador Freitas Cruz assinou um acordo sobre supressão de vistos para refugiados, uma convenção e um protocolo adicional sobre imunidades dos Estados e quatro outras convenções referentes, respectivamente, a auxílio judiciário mútuo em matéria penal, obtenção no estrangeiro de informações e provas em matéria administrativa, transmissão de processos penais e valor internacional de decisões repressivas.

Entretanto, uma delegação portuguesa participou no trabalho da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa. Esta delegação, eleita pela Assembleia da República, era constituída pelos deputados Salgado Zenha, Tito de Morais e Manuel

23 Alegre, do PS, Amândio de Azevedo (PSD), Lucas Pires (CDS), Carlos Carvalhas (PCP) e Rui Machete (independente).

No decurso dos trabalhos, o deputado Tito de Morais foi eleito para um dos doze lugares da vice-presidência daquela Assembleia Parlamentar. Nessa qualidade, presi-



Tito de Morais

diu a parte de uma das sessões realizadas em Estrasburgo. Assinala-se que foi esta a primeira vez que um deputado português presidiu a uma sessão da Assembleia do Conselho da Europa.



**Reforma Administrativa**

Uma missão de peritos do Conselho da Europa esteve em Portugal, durante uma semana, com o objectivo de colaborar na reforma da administração pública portuguesa.

Constituída por peritos franceses, ingleses, italianos, alemães e austríacos, esta delegação teve diversas reuniões com técnicos da Secretaria de Estado da Administração Pública e foi recebida pelo secretário de Estado daquele departamento, Figueiredo Lopes.

Entre os assuntos analisados nas citadas reuniões figuraram, nomeadamente, a estrutura e programa da Secretaria de Estado da Administração Pública, o plano da Reforma Administrativa e o regime jurídico do funcionalismo público.

Este programa de cooperação entre o Conselho da Europa e Portugal prevê, entre outras iniciativas, a criação de uma estrutura integrada de reforma e modernização da administração pública do nosso País. ■

# PORTUGAL E A CEE

A comissão executiva da Comunidade Económica Europeia (CEE) dirigiu um apelo aos seus ministros para apoiarem as propostas de Portugal tendentes a melhorar o acordo comercial de 1972, segundo foi anunciado em Bruxelas. A referida comissão considera que o novo acordo entre Portugal e a CEE, que entra em vigor no próximo ano, deverá ter em conta a situação difícil da economia portuguesa e o já elevado nível das reduções tarifárias.

A comissão executiva da CEE propôs, para os próximos três anos, a suspensão de novos cortes tarifários, especialmente em peças para automóveis, produtos oleaginosos, equipamentos fotográficos, relógios, papel, têxteis e máquinas-ferramentas, e a imposição de novas tarifas para proteger outras indústrias portuguesas e as restrições à importação de automóveis.

A Comunidade eliminaria algumas tarifas, mas manteria uma quota para as importações de papel e cartão portugueses, baixaria as tarifas para as conservas, aumentaria a quota para os vinhos e licores e reduziria igualmente tarifas para novas importações de frutos e legumes portugueses.

A comissão executiva da CEE referiu que o défice comercial de Portugal com os países membros da Comunidade atingiu cerca de 45 milhões de contos no ano passado — de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística que publicamos nesta secção, na notícia sobre «Comércio Externo» — e sublinhou que a necessidade de desenvolver a indústria portuguesa, para possibilitar a entrada do nosso País na Comunidade, impõe uma protecção «razoável».

C. G. T. / ISSELEE



Sede da Comunidade Económica Europeia, em Bruxelas.

Ainda segundo aquela comissão, as propostas agora apresentadas dariam um tratamento preferencial a 77 por cento dos produtos agrícolas portugueses.

Estas propostas foram divulgadas em Bruxelas na sequência da visita que o presidente da Comissão para a Integração Europeia, Pedro Pires Miranda, efectuou à capital belga, onde participou numa reunião com as autoridades comunitárias.



Eng. Pedro Pires Miranda

Na ocasião, Pires Miranda considerou, em declarações à imprensa, que as diligências para a revisão do acordo com a CEE de 1972 e do protocolo de 1976 — documentos particularmente importantes no quadro da futura integração do nosso País nas Comunidades — estão bem encaminhados.

O presidente da Comissão para a Integração Europeia anunciou, por outro lado, que se vão em breve iniciar cursos de formação para funcionários do Estado e de empresas privadas, no sentido de os preparar para as tarefas que implica a adesão de Portugal à CEE, Pires Miranda acentuaria, a propósito, que tal objectivo requer, a nível nacional, uma grande participação, tanto do sector público, como do privado. «Os Ministérios — disse — vão

ter um papel mais activo, após a reestruturação da Comissão para a Integração Europeia» e as empresas «deverão preparar-se o mais rapidamente possível para o desarmamento alfandegário provocará».

## Campanha de Esclarecimento sobre a Integração de Portugal na CEE

A fim de preparar o lançamento de uma campanha de esclarecimento, à escala nacional, sobre as principais questões decorrentes do processo de adesão de Portugal à CEE, o presidente da Comissão para a Integração Europeia teve uma reunião de trabalho com os representantes da banca nacionalizada, das principais confederações empresariais (CIP, CAP e CCP) e, ainda, das associações industriais e comerciais de Lisboa e Porto.

De acordo com o projecto já elaborado, a campanha será coordenada e dinamizada pelo Secretariado para a Integração Europeia, em colaboração directa com as entidades acima referidas, e consistirá na realização, em localidades que ocupam posição socio-económica de especial destaque, de colóquios dedicados a temas gerais sobre as relações entre Portugal e a Comunidade Económica Europeia e as razões da adesão do nosso País àquela organização, bem como temas específicos apropriados à natureza das actividades económicas das respectivas regiões.

Pretende-se que esta iniciativa, que deverá ser desenvolvida no decurso do corrente ano, tenha igualmente a participação activa de outras entidades, nomeadamente departamentos oficiais, instituições públicas, universidades e confederações sindicais. ■



UN/Y. NAGATA



UN/Y. NAGATA



O Conselho de Segurança das Nações Unidas foi presidido, no passado mês de Maio, pelo representante permanente de Portugal na ONU, embaixador Vasco Futscher Pereira.

A presidência daquele importante órgão das Nações Unidas é rotativa, sendo exercida, mensalmente, por cada um dos países nele representados. Foi esta a primeira vez que Portugal desempenhou tais funções.

Recorde-se que o nosso País é membro da ONU desde 1955, tendo sido eleito, no ano passado, membro do Conselho de Segurança para o biénio 1979/80.

Em Abril deste ano, Portugal foi também eleito, por unanimidade, para presidir à Comissão da ONU encarregada de analisar a situação dos «colonatos israelitas em Estados árabes ocupados e a situação da cidade santa de Jerusalém». Desta Comissão, criada pelo Conselho de Segurança, fazem igualmente parte a Bolívia e a Zâmbia.

### SENADOR EDMUND MUSKIE EFECTUOU CONTACTOS EM LISBOA

O senador norte-americano Edmund S. Muskie deslocou-se a Lisboa, na qualidade de enviado oficial do presidente dos EUA, James Carter, tendo-se avistado com o Presidente da República, general Ramalho Eanes, com o Primeiro-ministro, Mota Pinto, e com delegações do PS, PSD e CDS.

Nesses contactos, Edmund Muskie expôs os princípios da política norte-americana para a Europa e manifestou a inteira disponibilidade dos Estados Unidos para a prossecução da assistência económica a Portugal, em todos os sectores cujas carências se relevem mais prementes.

Numa breve conferência de imprensa, Edmund Muskie —

que é presidente da Comissão do Senado para o Orçamento, a qual aprecia todos os projectos do Governo dos EUA, nomeadamente quanto a ajudas externas com implicações nos domínios económicas, financeiro e militar — realçou os tradicionais laços de cooperação e amizade que unem os dois países, «ambos empenhados no



Edmund Muskie

progresso e na salvaguarda dos princípios e das instituições democráticas do Ocidente».

### UNIÃO INTERPARLAMENTAR

O deputado português Rodolfo Crespo (PS) foi eleito vice-presidente da comissão dos territórios não-autónomos da União Interparlamentar (UIP), no decurso da reunião da Primavera daquela organização internacional, que teve lugar em Praga (Checoslováquia). Para o referido deputado, esta escolha constitui «uma honra para si e para o País», traduzindo «o reconhecimento do prestígio que Portugal adquiriu depois do 25 de Abril».

Nesta reunião da Primavera da União Interparlamentar participaram deputados de 73 países, distribuídos pelas cinco comissões da organização. Portugal esteve representado por uma delegação chefiada por Rodolfo Crespo e que integrava os deputados António Esteves (PS), Cunha Leal (independente), Alda Nogueira (PCP) e Henrique Morais (CDS).

A União Interparlamentar decidiu unanimemente que os parlamentares dos países membros deverão pressionar os respectivos Governos para acelerar o processo de desarmamento e garantir um desarmamento efectivo e controlado — anunciou Rodolfo Crespo à Anop, ao regressar a Lisboa.

Na reunião foi ainda decidido, nomeadamente, condenar o regime de «apartheid» e não reconhecer as eleições na Namíbia. Por outro lado, os trabalhos da comissão de assuntos económicos e sociais foram dedicados exclusivamente ao Ano Internacional da Criança, tendo os parlamentares deliberado contribuir para a publicação de legislação que vise melhorar a situação da criança nos vários países.

No domínio do ambiente foi abordada a questão do chamado «direito de espaço», deliberando-se aperfeiçoar a legislação sobre problemas da poluição atmosférica.

Os parlamentares da UIP aprovaram a admissão de mais cinco países na organização: Moçambique, Bangladesh, Vietname, República do Yemem e Filipinas.

As decisões agora tomadas em Praga serão ainda submetidas à próxima reunião de Outubro da União Interparlamentar, a realizar em Caracas.

Recorda-se que a União Interparlamentar é a única organização internacional que agrupa representantes de parlamentos de todo o mundo, tendo como objectivo essencial o de fomentar a colaboração entre os Estados para a consolidação e desenvolvimento das instituições representativas e para o estabelecimento da paz e da cooperação entre os povos, segundo os princípios enunciados na Carta das Nações Unidas. A Assembleia da República aderiu à UIP em Junho de 1977, tendo-se realizado em Lisboa, no ano passado, a primeira das duas reuniões anuais da organização, a chamada reunião da Primavera.

## DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES LUSO-ANGOLANAS

A deslocação a Luanda de uma delegação portuguesa, chefiada pelo secretário de Estado da Marinha Mercante, José da Silva Domingos, foi considerada, no comunicado conjunto divulgado no final da visita, como «mais uma importante contribuição para o estreitamento e fortalecimento das relações entre os dois países».

Na capital angolana, aquele membro do Governo português e o vice-ministro dos Transportes da República Popular de Angola, Júlio de Almeida, assinaram um acordo de transportes marítimos entre os dois países e um outro convénio especial de cooperação no mesmo domínio. No citado comunicado conjunto sublinha-se que a assinatura destes documentos constitui uma «execução prática» do acordo geral de cooperação firmado em Bissau, no ano passado, pelos presidentes Ramalho Eanes e Agostinho Neto.

Em declarações à imprensa, à sua chegada a Lisboa, o secretário de Estado da Marinha Mercante referiu-se às vantagens mútuas que poderão advir dos dois novos convênios, quer pelo montante anual dos produtos que a frota portuguesa transporta de Angola, quer pela cooperação tecnológica que, neste domínio, o nosso País poderá fornecer às autoridades angolanas.

### Cooperação no sector da energia eléctrica

As condições de trabalho dos cooperantes portugueses que prestam serviço em Angola, no sector de energia eléctrica, passam a estar regulamentadas através de um acordo bilateral assinado pelo secretário de Estado da Energia e Indústrias de Base, Hugo Fernandes de Jesus, no final da visita que efectuou àquele país africano, chefiando uma delegação portuguesa.

Neste documento, segundo declarou Hugo de Jesus, prevêem-se os termos em que se processará a assistência técnica de Portugal à República Popular de Angola, no domínio da energia eléctrica, e estipulam-se, simultaneamente, as condições de que disporão os trabalhadores portugueses que desejem prestar serviço naquele sector da indústria angolana.

O recrutamento de cooperantes ficará a cargo da empresa pública Electricidade de Portugal (EDP), que se responsabilizará também pela formação técnica do pessoal qualificado que irá trabalhar em Angola.

O presente convénio integra-se — tal como os anteriores — no âmbito do acordo geral de cooperação entre os dois países, o qual, recorde-se foi ratificado pela Assembleia da República no início deste ano.

Durante a sua estada em Luanda, a delegação chefiada pelo secretário de Estado da Energia e Indústria de Base analisou com as autoridades angolanas a hipótese de introdução de alguns reajustamentos estatutários na «Sociedade Angolana de Empreendimentos para Fornecimentos de Energia Eléctrica» (Sonafe), na qual a participação portuguesa ascende a 30 por cento.

Faça a um eventual aumento do capital social da referida empresa — de 600 mil para um milhão de contos —, Hugo de Jesus informou as autoridades de Angola de que o Governo português tem intenção de manter a sua actual percentagem de participação. Nesse sentido, ficou acordada a constituição de duas comissões técnicas que irão estudar a elevação do capital social da Sonafe e os reajustamentos a efectuar no seu pacto social, tendo em conta a reestruturação do sector e a possível criação de uma empresa nacional de electricidade em Angola.

### Recrutamento de professores

Estão a decorrer negociações entre a Embaixada de Angola

em Lisboa e os Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Educação e Investigação Científica com vista ao recrutamento oficial de professores portugueses para aquele país africano.

Recorde-se que o Governo de Angola anunciou recentemente a intenção de contratar em Portugal cerca de mil professores para leccionarem em escolas secundárias, médias e superiores. Nesse sentido, realizou-se uma reunião entre o embaixador angolano, Adriano Sebastião, e os ministros Freitas Cruz e Valente de Oliveira, para debate de questões relacionadas com o número de professores a contratar, habilitações mínimas exigidas e salários propostos.

## RATIFICAÇÃO DE ACORDOS DE COOPERAÇÃO ENTRE PORTUGAL E S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Em cerimónia realizada em Lisboa, no Palácio das Necessidades, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Freitas Cruz, e o embaixador de S. Tomé e Príncipe na capital portuguesa, Flávio Pires dos Santos, procederam à troca dos instrumentos de ratificação do acordo geral de cooperação e amizade entre os dois países. Na ocasião, foram igualmente trocados os instrumentos de ratificação dos acordos judiciário e de cooperação científica e técnica.

Recorde-se que o referido acordo geral de cooperação e amizade luso-santomense foi assinado em Julho de 1975. Posteriormente, Portugal e a República Democrática de S. Tomé e Príncipe firmaram já 17 acordos de cooperação em domínios específicos.

O convénio relativo à cooperação e amizade estabelece a

prática de consultas mútuas e o estudo conjunto de formas de colaboração a nível militar, tendo em vista a manutenção da paz e a defesa dos interesses de ambos os países.



O embaixador Flávio Pires dos Santos, falando no decurso da cerimónia

Após a troca dos instrumentos de ratificação, o ministro Freitas Cruz afirmou que a cooperação luso-santomense constitui «o exemplo que devemos apresentar no grande encontro em que todos os países, da Europa e da África, do Norte e do Sul, se empenham tanto, hoje em dia, em promover». Depois de salientar que «Portugueses e Santomenses estiveram, desde sempre, empenhados em manter as mais estreitas e efectivas ligações no campo cultural», o titular da pasta dos Negócios Estrangeiros referiu-se às perspectivas de colaboração abertas pelos acordos agora ratificados, acrescentando: «Desde a língua que nos aproxima, à História que nos une, até à economia que nos complementa — são todos factores que devem orientar o caminho riquíssimo que devemos percorrer paralelamente».

O embaixador Flávio dos Santos considerou, por seu turno, que a troca dos instrumentos de ratificação dos citados acordos representa uma reafirmação da «tese bem contemporânea da necessidade e validade de uma sã e mutuamente profícua cooperação entre os dois países». O diplomata santomense acentuou ainda que o seu país encara «com optimismo

a cooperação com Portugal», na certeza de que ambas as partes «saberão honrar condignamente os compromissos soberanamente assumidos e, como efeito secundário, provar que somos capazes de contribuir, embora de uma forma modesta, para um melhor entendimento entre os homens».

## COOPERAÇÃO LUSO-ESPAÑHOLA

A cerimónia da constituição do Conselho para a Cooperação Luso-Espanhola e a assinatura do acordo que estabelece o regime de dispensa de passaportes para cidadãos portugueses e espanhóis que transitam de um para o outro país, marcaram os momentos mais relevantes da visita oficial de dois dias que o ministro dos Negócios Estrangeiros, embaixador Freitas Cruz, efectuou a Madrid.



Freitas Cruz e Marcelino Oreja

Durante a sua permanência na capital espanhola, Freitas Cruz foi recebido pelo rei D. Juan Carlos e pelo primeiro-ministro, Adolfo Suarez, e teve conversações com o ministro das Relações Exteriores, Marcelino Oreja.

Em declarações à imprensa, no termo desta visita oficial, o embaixador Freitas Cruz revelou que o recém-constituído Conselho para a Cooperação Luso-Espanhola reunirá pela primeira vez, em Lisboa, no próximo mês de Outubro. Re-

corde-se que competirá a este organismo coordenar as acções conducentes à concretização do Tratado de Amizade entre Portugal e Espanha, assinado em Novembro de 1977.

Referindo-se aos temas das conversações que teve com o seu homólogo espanhol, o ministro dos Negócios Estrangeiros disse que haviam sido abordadas questões relacionadas com o processo de integração de Portugal e da Espanha na Comunidade Económica Europeia, bem como problemas decorrentes da construção em Espanha de centrais nucleares, em zonas próximas das fronteiras portuguesas, tendo ficado decidida a próxima realização de conversações mais pormenorizadas sobre este último assunto.

A exploração pela TAP de uma carreira aérea regular entre Lisboa e Barcelona, e a conveniência da abertura permanente de alguns postos fronteiriços

(Fuentes de Oñoro-Vilar Formoso, Badajoz-Caia e, possivelmente, Tuy-Valença do Minho e Ayamonte-Vila Real de Santo António), com vista a facilitar o turismo e o trânsito de emigrantes, foram outros temas tratados.

No que respeita à eventual entrada da Espanha na NATO, Freitas Cruz afirmou que «Portugal apoia totalmente e sem ambiguidades» tal pretensão espanhola.

Os dois ministros e os seus colaboradores debateram igual-

mente o fomento das relações culturais, destacando-se, neste âmbito, a próxima criação de um Instituto Português em Madrid, o ensino da língua portuguesa em cinco universidades espanholas e o ensino do castelhano em três universidades portuguesas. Medidas para facilitar a escolarização dos filhos dos portugueses residentes em Espanha foram também objecto de análise especial.

A aplicação do acordo de pescas luso-espanhol, recentemente assinado, as relações comerciais entre os dois países ibéricos, no âmbito da EFTA, e a possível indemnização, por Portugal, dos cidadãos espanhóis afectados pelas medidas de nacionalização e expropriação tomadas após o 25 de Abril de 1974, foram assuntos igualmente abordados por Freitas Cruz e Marcelino Oreja, durante as conversações.

## MINISTRO POLACO VISITOU PORTUGAL

Portugal e a Polónia vão analisar as possibilidades de desenvolvimento da cooperação económica em determinados sectores, designadamente na construção e reparação naval e na metalomecânica, segundo se refere no comunicado conjunto divulgado no final da visita oficial de três dias que o ministro polaco dos Negócios



Emil Wojtaszek

Estrangeiros, Emil Wojtaszek, efectuou ao nosso País.

Durante a sua estada em Lisboa Emil Wojtaszek foi recebido pelo Presidente da República, pelo presidente da Assembleia da República e pelo Primeiro-ministro, e teve conversações com o seu homólogo português Freitas Cruz.

De acordo com o citado comunicado conjunto, as conversações entre as delegações de Portugal e da Polónia desenvolveram-se «num ambiente de grande cordialidade e compreensão mútua» e permitiram uma análise detalhada das relações entre os dois países, em especial no âmbito da cooperação bilateral. Naquele documento salienta-se, a propósito, que, «além dos objectivos já alcançados», existem ainda «numerosas possibilidades de incrementar e diversificar as relações de cooperação» luso-polacas.

Emil Wojtaszek e Freitas Cruz debateram também as relações entre os dois países no campo cultural e científico, tendo sublinhado o desejo de «lhes conferir a maior projecção e amplitude», pelo que irá ser elaborado, proximamente, um programa cultural conjunto para o biénio 1980/81.

As duas delegações procederam ainda a «uma análise aprofundada das principais questões internacionais», verificando-se «uma larga convergência ou proximidade de pontos de vista sobre algumas delas». De referir, a propósito, entre outros pontos em destaque neste comunicado, a atribuição «da maior importância à expansão do processo de desarmamento», bem como a convicção mútua «de que a redução da corrida aos armamentos pode criar condições para um desarmamento geral e completo sob adequado controle internacional».

Segundo foi anunciado, o ministro Freitas Cruz aceitou o convite formulado por Emil Wojtaszek, para visitar oficialmente a Polónia, em data a fixar por via diplomática.

## RELAÇÕES LUSO- SUECAS

O ministro dos Negócios Estrangeiros, embaixador Freitas Cruz, efectuou uma visita oficial de dois dias a Estocolmo, a convite do seu homólogo sueco, Hans Blix. Durante a sua estada na Suécia, o chefe da diplomacia portuguesa foi recebido pelo rei Carlos Gustavo — a quem convidou, em nome do Presidente Eanes, a visitar o nosso País — e pelo primeiro-ministro Ola Ullsten.

Ao discursar no jantar com que foi obsequiado por Hans Blix, o titular da pasta dos Negócios Estrangeiros salientou a «significativa convergência» de posições dos Governos de Portugal e da Suécia, tanto no que se refere às mais importantes questões da actualidade internacional, como no que respeita ao «contexto bilateral». «Natural é que assim seja», acrescentou Freitas Cruz, «na medida em que ambos os Governos se mostram escrupulosamente fiéis aos princípios reguladores das relações entre Estados e manifestam o mesmo apego aos ideais da paz, justiça e de progresso, cuja realização constitui aspiração legítima de todos os povos».

Noutro passo da sua intervenção, o embaixador Freitas Cruz manifestou a sua satisfação por levar à Suécia «a mensagem de um Portugal renovado e democrático», e acentuou que esta sua visita concretizou «um desejo de reforçar os laços que existem entre os dois povos», representando, simultaneamente, «um preito de um país que se sente ainda jovem no árduo e difícil caminho da democracia a um outro país que mostra, através da sua história e da sua presença actual no Mundo, como são fortes e sabem resistir às intempéries as instituições democráticas, desde que incentivadas por um desejo de bem servir».

Dirigindo-se ao seu homólogo sueco, o ministro dos Negócios Estrangeiros declarou, ainda, que «as provas de amizade e compreensão» que Portugal recebeu da Suécia «são daquelas que não se esquecem» e aludiu à importância da cooperação bilateral, desenvolvida após o 25 de Abril e à qual o nosso País atribui «a maior relevância, pois os benefícios que daí decorrem são já visíveis».

A concluir a sua alocução, Freitas Cruz apontou o incremento do comércio e do turismo luso-sueco como «objectivos importantes a prosseguir», pois, conforme realçou, «não só contribuirão para a obtenção de vantagens recíprocas como permitirão o melhor conhecimento entre os nossos dois povos».

### Desenvolvimento do intercâmbio cultural

As relações culturais entre Portugal e a Suécia deverão vir a ser largamente intensificadas, na sequência da visita que o secretário de Estado da Cultura, David Mourão-Ferreira, realizou a Estocolmo, a convite do Governo sueco.



David Mourão-Ferreira.

Durante a sua permanência em Estocolmo, o secretário de Estado da Cultura avistou-se com o seu homólogo sueco, Bert Levin, e teve conversações com dirigentes do Instituto para as Relações Culturais Externas e do Conselho Estatal da Cultura, com quem debateu as formas de intensificar o intercâmbio cultural entre os dois países.

David Mourão-Ferreira deslocou-se ainda à Academia Sueca — responsável pela atribuição do Prémio Nobel da Literatura — e visitou diversos organismos e instituições culturais, designadamente a Casa-Museu de August Strindberg, o Teatro Real Dramático e o Instituto Sueco de Cinema. Na Universidade de Estocolmo, aquele membro do governo português proferiu uma conferência sobre a obra do escritor e poeta Miguel Torga.

O secretário de Estado da Cultura participou também numa sessão comemorativa do quinto aniversário do «Dia da Liberdade», promovida e organizada pelo Lusitânia Futebol Club, colectividade que congrega portugueses residentes em Estocolmo. Na ocasião, David Mourão-Ferreira prometeu que o departamento oficial que dirige dará o maior apoio possível às actividades culturais realizadas pela comunidade portuguesa na Suécia.

## AUXÍLIO DA HOLANDA PARA AS VÍTIMAS DAS CHEIAS

O embaixador da Holanda em Lisboa, J.L.R. Huydecooper, entregou a duas dezenas de agricultores da região da Chamusca

landas e de vários departamentos oficiais portugueses. Os agricultores contemplados com este auxílio deverão, quando ven-



O embaixador J. L. R. Huydecooper conversando com alguns dos agricultores contemplados pela oferta do Governo holandês.

a primeira oferta do Governo do seu país destinada a vítimas das últimas inundações no Ribatejo.

Esta oferta foi constituída por 400 novilhos, 10 toneladas de semente de milho híbrido, sementes de legumes para 700 hectares, 6 toneladas de sorgo para forragens e 50 bombas para irrigação de terrenos hortícolas.

A distribuição dos donativos foi realizada a partir de um estudo realizado no local por técnicos da Embaixada da Ho-

derem os novilhos para abate, oferecer dois mil escudos dos lucros que obtiveram às respectivas juntas de freguesia. A quantia assim reunida irá constituir um fundo de apoio a repartir pelos restantes agricultores da região.

A cerimónia estiveram presentes o governador civil de Santarém, Sacramento Marques, o presidente da Câmara Municipal da Chamusca, Prestes Romão, e o subdirector regional do MAP, Carlos Fernandes.

# Comunidades

Marta Mendonça em três momentos do concurso: depois de ter sido coroada «Miss Portugal-79»; comovida, após o anúncio dos resultados, tendo Ana Maria Gonçalves a seu lado; à direita, durante o desfile.



## «MISS PORTUGAL-79» VEIO DA VENEZUELA

Marta Gouveia de Mendonça, a representante da comunidade portuguesa residente na Venezuela, conquistou o título de «Miss Portugal-79» no concurso recentemente realizado no Casino Estoril.

Com 17 anos de idade, Marta Gouveia de Mendonça tem cabelos pretos e olhos castanhos-escuros e é filha de portugueses naturais da ilha da Ma-

deira e há vários anos radicados na Venezuela. Esta jovem estudante de engenharia química irá agora representar Portugal no concurso para a eleição de «Miss Universo», que se realizará em 16 de Julho próximo, na Austrália.

O júri desta edição do concurso de «Miss Portugal» — o primeiro a efectuar-se desde 1974 — atribuiu ainda os tí-

tulos de primeira e segunda damas de honor (correspondentes ao segundo e terceiros lugares) respectivamente a Ana Maria Monteiro Gonçalves, de Lisboa, e a Maria Luísa Pereira dos Santos Silva, de 21 anos e residente em Marselha, que representava a nossa comunidade radicada em França. Assim, Ana Maria irá representar o nosso País no concurso de «Miss Mundo, a disputar em Londres, em 15 de Novembro, e Maria Luísa estará presente na disputa do título «Miss Internacional», em Tóquio, no mês de Setembro.

Entre as 20 candidatas ao ceptro de «Miss Portugal-79» contavam-se, além das já citadas, as representantes das comunidades portuguesas dos Estados Unidos, Canadá e Brasil.

Na foto, «Miss Portugal-79» com as suas damas de honor, Ana Maria, à esquerda, e Maria Luísa, à direita. ■



# CARTAZ DO DIA DE PORTUGAL, DE CAMÕES E DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

10 de Junho de 1979  
Dia de Portugal, de Camões  
e das Comunidades Portuguesas



O cartaz premiado e, à direita, o cartaz classificado em segundo lugar e os quatro trabalhos que receberam menções honrosas.

O primeiro prémio do concurso relativo ao cartaz de comemoração do «Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas» foi atribuído pelo júri ao trabalho apresentado por Rui Cristiano da Silva, que, assim, recebeu a quantia de 50 mil escudos.

O segundo prémio, no valor de 25 mil escudos, foi atribuído a Vítor Martins Simões, e as quatro menções honrosas, cor-

respondendo a dez mil escudos cada, foram entregues aos concorrentes João Miguel R. Mendes Fernandes, Carlos M. Delgado Godinho, Zé d'Almeida e Jorge Vidal Correia da Silva.

A comissão organizadora das comemorações do 10 de Junho promoveu, entretanto, uma edição de 100 mil exemplares do cartaz vencedor. Esta tiragem será distribuída por todo o País e pelas diversas comunidades portuguesas no estrangeiro. Uma emissão de mil exemplares da medalha comemorativa, que também foi objecto de concurso público, será divulgada de igual modo.

Comunidades



## EMIGRANTES AUXILIAM BANDA DE MERLES (GONDOMAR)

Em Melres, concelho de Gondomar, a banda de música usufrui hoje de uma situação invejável — relativamente ao comum das suas congéneres nacionais — pelo facto de possuir os melhores instrumentos do País, tanto a nível de bandas civis, como militares.

Esta privilegiada riqueza «instrumental» deve-se ao apoio que o agrupamento, fundado em 1950, tem recebido, ao longo dos anos, por parte dos

emigrantes naturais de Melres, quase todos radicados no Rio de Janeiro (Brasil). Esse apoio permitiu a aquisição, em Paris, de um lote de novos instrumentos que custaram cerca de 1.500 contos, contributo que traduz bem a importância dos elos que prendem os melrenses emigrados ao seu rincão natal.

## SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PROBLEMAS DA EMIGRAÇÃO

Com a participação de delegados de 50 países, entre os quais Portugal, teve lugar em Genebra (Suíça) o «IV seminário sobre Adaptação e Integração dos Emigrantes Permanentes», organizado pelo Comité Intergovernamental das Migra-

ções Europeias (CIME).

A propósito do Ano Internacional da Criança, os participantes deram especial atenção aos problemas dos filhos dos emigrantes e refugiados.

Na reunião estiveram representados 50 governos, 17 organizações governamentais e 22 não governamentais, além de oito observadores.

Técnicos da Austrália, Bélgica, Espanha, Estados Unidos, França, Itália, Holanda, Portugal, Turquia e Suíça apresentaram documentos de trabalho sobre os temas em debate.

A delegação portuguesa foi constituída pelo representante do nosso País junto da ONU, em Genebra, e pela dr.<sup>a</sup> Rita Gomes, técnica da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração.

## ÁFRICA DO SUL

### 300 MIL MADEIRENSES NA ÁFRICA DO SUL

A presença de quase 300 mil madeirenses na África do Sul foi salientada, recentemente, pelo presidente da Câmara Municipal do Funchal, ao inaugurar, em Joanesburgo, o pavilhão da comunidade portuguesa na Feira do Rand. Ao acto estiveram presentes, entre outras individualidades, o presidente do município de Joanesburgo e representante do Consulado de Portugal nesta cidade sul-africana.

### INAUGURADA BIBLIOTECA DO «CLUBE LUSO» DE KLERKSDORP

O vice-consul de Portugal em Joanesburgo, dr. Freitas Morna, procedeu à inauguração oficial da biblioteca do «Clube Lusó», da cidade de Klerksdorp, por ocasião do 10.º aniversário desta colectividade.

A nova biblioteca conta com cerca de 400 obras, oferecidas na sua quase totalidade pela Fundação Calouste Gulbenkian. Na alocação que proferiu na ocasião, o vice-consul anunciou que o Governo português decidira conceder ao «Clube Lusó» um subsídio no valor de mil randes. Esta quantia — que deverá ser entregue a breve prazo — destina-se integralmente a melhoramentos na sede daquela associação.

### ALEMANHA FEDERAL

### 1º ANIVERSÁRIO DO CORO DOS PORTUGUESES DE RHEINE

O «Coro dos Portugueses de Rheine» comemorou recentemente o seu 1.º aniversário.

Para assinalarem condignamente a efeméride, os componentes daquele agrupamento coral decidiram promover a realização de uma série de iniciativas de carácter cultural, religioso, folclórico e recreativo.

Por outro lado, a comunidade portuguesa de Rheine, com o apoio dos serviços de assistência social da Caritas e da Missão Católica local, planeia realizar diversas actividades integradas no âmbito do Ano Internacional da Criança e que incluirão a formação de um rancho folclórico e de um coro infantil.

## ARGENTINA

### Serviço Médico Permanente no «Hospital Português»

O último boletim da «Sociedade Portuguesa de Beneficência e Socorros Mútuos», de Buenos Aires, informa que a comissão directiva desta agremiação decidiu manter em vigor o sistema de quotas reduzidas que possibilita aos seus associados, sem quaisquer outros encargos, a utilização do serviço de consultas clínicas em diversas especialidades. No que respeita a consultas a certos médicos especialistas, haverá, no entanto, que pagar uma taxa pré-determinada, de pequeno montante.

A direcção da SPBSM está, entretanto, a estudar um «plano de assistência integral», a que poderão aderir os associados que o desejarem, e que permitirá a estes, mediante o pagamento de uma taxa fixa (mensal ou anual), usufruir do direito «à totalidade dos serviços do Hospital Português», incluindo medicamentos, cirurgia, partos, tratamentos intensivos, etc.

O referido boletim informa também que o serviço médico permanente (24 horas), para urgências, se encontra já à disposição de todos os sócios no Hospital Português.



Num dos seus últimos números, o mensário «Horizonte», editado na RFA e destinado à nossa comunidade ali residente, publica uma entrevista com o jovem Júlio José, de 12 anos de idade, filho de emigrantes portugueses radicados em Wiesbaden, e que se revelou um talentoso executante de órgão, tendo participado já numa festa-convívio de apoio ao referido jornal.

Nessa entrevista, José Júlio afirma que o seu interesse pela música nasceu quando começou a frequentar uma escola de música para criança que foi criada num Centro Português e que teve uma existência efémera, vindo mais tarde a ser extinta. Tendo continuado a estudar — frequenta actualmente a 6.ª classe da escola alemã —, José Júlio não deixou esmorecer o seu amor pela música e, com notável força de vontade, inscreveu-se no Conservatório da cidade, ao mesmo tempo que, como qualquer jovem da sua idade, cumpre a escolaridade obrigatória.

Quanto ao futuro, José Júlio declarou ao «Horizonte» que pretende tornar-se chefe de orquestra ou professor de música.

Recorde-se que este estabelecimento de saúde — a funcionar num moderno edifício de cinco pisos, no centro de Buenos Aires — foi fundado por iniciativa da SPBSM e constitui um grande e eloquente exemplo da solidariedade e da união da comunidade portuguesa da Argentina, sendo fruto do esforço e contributo voluntário de inúmeros compatriotas nossos ali residentes.

### EXPOSIÇÃO DE PINTOR PORTUGUÊS

Realizou-se na Galeria Renom, na cidade de Rosário, uma exposição de 17 óleos do pintor J. Mário Domingues Teixeira. A inauguração e apreensão desta mostra estiveram a cargo da escritora argentina

Hortensia Benmuyal de Abram.

O autor dos trabalhos é filho de um outro pintor, Raúl Domingues, de quem recebeu os primeiros ensinamentos e com quem colaborou, como professor, na Escola Regionalista Infantil de Pintura.

Descendente de uma família portuguesa há muito radicada em Rosário — cidade onde nasceu em 1950 —, J. Mário Domingues Teixeira dedica-se igualmente à escultura, tendo participado em várias exposições colectivas. A mostra de pintura agora inaugurada é a primeira em que expõe individualmente.

Licenciado em engenharia civil, J. M. Domingues Teixeira lecciona presentemente na Faculdade de Arquitectura de Rosário.

## AUSTRÁLIA

## «PORTUGAL CYCLING CLUB»

Humberto Leite, Franco da Conceição e Alberto Guerreiro, do «Portugal Cycling Club», foram os felizes vencedores de uma prova disputada no «Warratah Park» de Sutherland, que tinha por finalidade apurar a equipa de ciclistas que representou a comunidade portuguesa da Austrália nas provas que se realizaram em 10 de Junho em Vila Real, por ocasião das comemorações do «Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas». Saliente-se que o citado clube foi o pioneiro do ciclismo português na Austrália. Esta modalidade desportiva tem vindo a conhecer apreciável desenvolvimento, sendo por isso particularmente acarinhada pela nossa comunidade.

## SERVIÇOS DE INTERPRETES PELO TELEFONE

O ministro australiano da Imigração e Assuntos Étnicos inaugurou um «Serviço de Interpretes pelo Telefone» no Centro Governamental Australiano da cidade de Hobart (Tasmânia).

De reconhecido interesse para todas as comunidades estrangeiras ali residentes, o referido serviço funciona durante os sete dias da semana, num total de 16 horas por dia, com capacidade de resposta a qualquer emergência durante as restantes oito horas, podendo ser contactado através do número (002) 34-2599.

O primeiro serviço deste tipo foi instalado nas cidades de Sydney e Melbourne em 1973, estendendo-se mais tarde a Perth, em 1974, Brisbane e Adelaide (1975), Wollongong (1978) e, já neste ano, a Camberra.

## BRASIL

## ISENÇÃO DO «DEPÓSITO PRÉVIO»

Correspondendo a um apelo que nesse sentido lhe foi feito pelo Primeiro-ministro português, prof. Mota Pinto, o presidente brasileiro, general Baptista de Figueiredo, vai au-



General Baptista de Figueiredo.

torizar que os nossos compatriotas residentes no Brasil beneficiem da isenção do depósito prévio obrigatório de 22 mil cruzeiros (cerca de 44 contos) sempre que se desloquem a Portugal, segundo foi anunciado em Brasília.

Abre-se, assim, uma excepção ao regime geral que vigora naquele país, pelo qual todos os residentes, nacionais ou estrangeiros, que se desloquem ao exterior, são obrigados a efectuar o referido depósito compulsório.

## CIDADÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

No salão nobre do Liceu Literário Português, o dr. David Barbosa Pereira recebeu, por intermédio do deputado Gama Lima, o diploma de «Cidadão do Estado do Rio de Janeiro», com que foi agraciado pela Assembleia Legislativa, em homenagem aos relevantes serviços que ali tem vindo a prestar nos domínios cívico, cultural e de assistência. À cerimónia, promovida pelo Liceu Literário

Português, de que o dr. David Barbosa Pereira é director e benemérito, estiveram presentes destacadas personalidades, entre as quais escritores, magistrados e representantes de associações portuguesas e brasileiras.

## CANADÁ

## MISS PORTUGAL-CANADÁ

CORREIO PORTUGUÊS



A jovem Linda Antunes, de 18 anos de idade, foi eleita «Miss Portugal-Canada 1978-79». A realização deste concurso ficou-se a dever a Armando Albuquerque, um dos promotores do programa radiofónico «Melodies of Portugal», do Rádio Clube Português de Toronto. O troféu com que a organização pretendeu agradecer a feliz eleita, foi entregue a Linda Antunes pela conhecida cantora Amália Rodrigues que participou na festa realizada para a finalíssima. Linda Antu-

nes participou, em data posterior, no concurso para a eleição de «Miss Portugal-1979», realizado no Estoril.

## «LIGA DO COMÉRCIO PORTUGUÊS DE FUTEBOL»

Realizaram-se as eleições para os corpos gerentes desta agremiação desportiva. A nova direcção é constituída por: Norberto Aguiar (presidente); António Ferreira (vice-presidente); José Rodrigues (secretário); João Craveiro (tesoureiro) e Abílio Neves e Libório Amaral (vogais).

Por outro lado, foi divulgada a classificação oficial referente aos melhores marcadores da época futebolística de 1978: António Cordeiro, da equipa «Sás S.C.», com 21 golos, alcançou o 1.º lugar, seguido de David Amaral, da equipa «Waldman's S.C.», com 20 golos, e de Francisco Ferreira, da equipa «Auto-Luso F.C.», com 18 golos.

Quanto a prémios, a classificação foi a seguinte: a Taça «Arca» foi para a «turma» do «Sport Club de Montreal»; a Taça «Disciplina» foi entregue à equipa do «Colonial Futebol Club»; e o «Kingston Benfica» recebeu o troféu do «Torneio Senhor Santo Cristo».

## TEATRO PORTUGUÊS EM TORONTO

Pela primeira vez, a nossa comunidade residente em Toronto assistiu a um espectáculo teatral apresentado por um grupo de amadores portugueses. A iniciativa despertou grande interesse entre os nossos compatriotas, que esgotaram, em três noites sucessivas, a lotação de uma sala com mais de mil e cem lugares.

A representação esteve a cargo do Grupo Cénico dos Bombeiros de Cascais, que apresentou a opereta «Senhora dos Navegantes», em exibição, há quase um ano, no Teatro Gil Vicente, daquela vila.

## ESTADOS UNIDOS

### UM LUSO-AMERICANO NO CONGRESSO DOS EUA

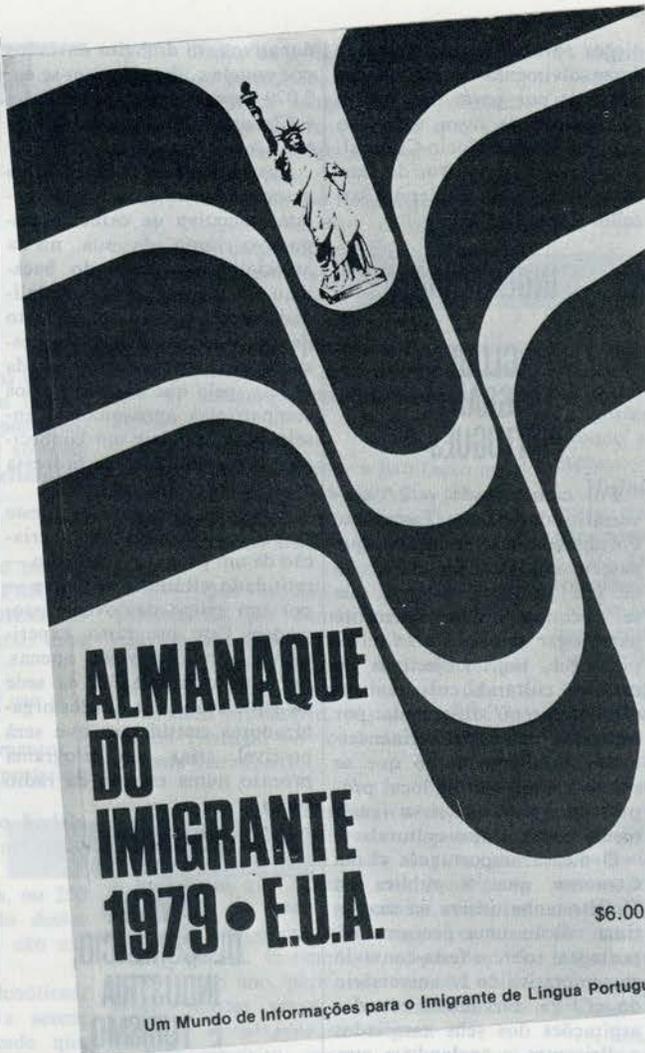
Numa das suas últimas edições, o semanário «Portuguese Times» dava grande relevo ao facto de, pela primeira vez, um luso-americano ter ganho as eleições para a Câmara de Deputados dos EUA. Trata-se de Peter Coelho, filho de emigran-



Peter Coelho

tes açorianos há vários anos radicados naquele país. O novo congressista representa o distrito de Merced (Estado da Califórnia), que compreende uma vasta área predominantemente agrícola.

O mesmo semanário informa que Peter Coelho foi alvo de um banquete de homenagem que teve como principal objectivo o de apresentar o novo legislador aos círculos oficiais de Washington que mais directamente estão relacionados com assuntos portugueses e luso-americanos. Este banquete de homenagem contou com a participação do embaixador de Portugal nos EUA, João Hall Themido, almirante Frank W.



## ALMANAQUE DO IMIGRANTE 1979 • E.U.A.

\$6.00

Um Mundo de Informações para o Imigrante de Língua Portuguesa

O «Almanaque do Imigrante», organizado por Augusto Saraiva e Judite do Carmo e editado por «PAB Publications», constitui um trabalho de grande envergadura e tem incontestável interesse para todos os portugueses que vivem nos Estados Unidos.

O referido «Almanaque» reúne, além de um largo conjunto de informações de utilidade prática, uma série de biografias de personalidades portuguesas que, através dos anos, se destacaram na vida política, social, económica e cultural dos Estados Unidos. A obra inclui igualmente um roteiro e dados sobre as principais sociedades, instituições e agremiações portuguesas fundadas nos EUA.

Tendo em vista a edição do próximo ano deste «Almanaque» — que deverá ter 560 páginas —, os autores solicitam a todos os leitores o envio de informações sobre «eventos comunitários» e pessoas que tenham tido «acção relevante na Comunidade de Língua Portuguesa», juntando, sempre que possível, documentação fotográfica sobre os citados temas. Toda a colaboração deverá ser enviada para «Almanaque do Imigrante»/PAB Publication, Inc./P.O. Box 366-A, Main Office Box/Newark, N.J. 07101, USA.

Corley Jr., antigo comandante da área ibérica da NATO, António S. Lebis, director executivo do Banco Mundial, David K. Taylor, presidente da Sociedade Luso-Americana, e Afonso Finochiaro, director da Câmara de Comércio dos Estados Unidos (divisão portuguesa), para além de outras conhecidas individualidades dos meios económico - financeiros dos Estados Unidos.

### LITERATURA AÇOREANA ESTUDADA NA BROWN UNIVERSITY

Na «Brown University» de Providence (Estado de Rhode Islande) foi criada uma cadeira sobre «Literatura Açoreana», que está a ser leccionada pelo prof. Onésimo Teotónio de Almeida.

Recorde-se que o Centro de Estudos Portugueses e Brasileiros daquela Universidade americana já havia patrocinado, em 1976, uma conferência dedicada à moderna literatura açoreana.

A lista de livros de estudo para esta nova cadeira inclui, entre outros, «Mau Tempo no Canal» de Vitorino Nemésio; «Gente das Ilhas» de Nunes da Rosa; «A Fome» de José Martins Garcia; «Raiz Comovida» de Cristóvão de Aguiar; «Mar pela Proa» de Dias de Melo; «Antologia de Poesia Açoreana» de Pedro da Silveira; e a «Antologia Panorâmica do Conto Açoreano» de João de Melo. Serão igualmente estudados certos de diversas obras de outros escritores açoreanos.

Tanto quanto se sabe, é a primeira vez que numa universidade é leccionada uma cadeira dedicada a este tema

O Centro de Estudos Portugueses e Brasileiros da «Brown University», que tem vindo a alargar o número de cadeiras que oferece nos seus cursos, planeia promover, ainda este ano, um programa intenso de extensão cultural.

## FRANÇA

### EMIGRANTES PEDEM AGÊNCIA BANCÁRIA PARA A VILA DA LIXA

Emigrantes portugueses naturais da Lixa e radicados na cidade francesa de Orleans dirigiram um abaixo-assinado à administração do Banco de Portugal, solicitando a abertura de uma agência bancária naquela vila.

O pedido apresentado por este grupo de emigrantes vem reforçar as diligências que, a outros níveis, a população da Lixa tem vindo a desenvolver, com o objectivo de conseguir a implantação de uma dependência bancária na localidade, iniciativa que estava prevista, aliás, no programa para a cobertura bancária do espaço nacional, aprovado há cerca de dois anos.

## CHARLES CORREIA EXÔS EM PARIS

Trabalhos de escultura de Charles Correia foram expostos, com assinalável êxito, na delegação de turismo de Portugal em Paris.

Charles Correia nasceu em Setúbal, em 1930, e é filho de emigrantes portugueses residentes em França. A exposição, que compreendia cerca de cinquenta obras em bronze e gesso, teve a acompanhá-la um catálogo assinado pelo crítico Egídio Álvaro.

## NOVA SEDE DA ASSOCIAÇÃO DOS PORTUGUESES DE SARCELLES

A «Associação dos Portugueses de Sarcelles e Arredores» inaugurou já as suas novas instalações, dispondo de boas con-

dições para convívio, recreio e desenvolvimento de actividades culturais por parte dos sócios. A direcção da nova sede é a seguinte: Centre Socio-Culturel / Les Rosiers; n.º 1, Rue de Gasconne (cité des Rosiers); Sarcelles-Centre, 95200.

## INGLATERRA

### «CLUBE EMIGRANTE PORTUGUÊS»

Foi comemorado o 2.º aniversário do «Clube Emigrante Português», agremiação que nasceu, em Londres, da acção de um grupo de amigos que se encontravam regularmente para jogar futebol. O «Clube» prossegue, hoje, objectivos de carácter cultural, cuja realização é, porém, dificultada por carências materiais e financeiras, nomeadamente no que se refere à aquisição de local próprio para sede que sirva igualmente como centro cultural.

O mensário português «Luta Comum», que se publica na Grã-Bretanha, insere na sua última edição uma pequena reportagem sobre a festa-convívio comemorativa do 2.º aniversário do «CEP», fazendo-se eco das aspirações dos seus associados e dirigentes, e apelando a que, em Portugal, seja movida uma campanha para apoiar aquelas perspectivas e aspirações dos nossos compatriotas.

## SUECIA

### ACTIVIDADE DO «LUSITÂNIA F. C.»

O «Lusitânia Futebol Clube», com sede na cidade de Estocolmo, foi uma das agremiações portuguesas no estrangeiro que decidiu colaborar na campanha de solidariedade para com as vítimas dos temporais registados no nosso País no passado mês de Fevereiro. Assim, os

donativos em dinheiro enviados por aquele clube cifraram-se em 2.079 coroas suecas, já enviadas à Câmara Municipal de Abrantes.

Por outro lado, o «Lusitânia» desenvolveu uma curiosa e inédita iniciativa de carácter desportivo junto da sua massa associativa: a pesca do bacalhau. O ineditismo da modalidade reside, sobretudo, no facto de esta espécie marinha ser pescada nos mares vizinhos da Suécia, pelo que aqueles nossos compatriotas aproveitam o ensejo para adquirir um conhecimento real de como se processa a captura do «fiel amigo».

Entre as actividades deste clube, realçamos ainda a criação de um programa de rádio — intitulado «Rádio Lusitânia» — por um grupo de jovens associados. Este programa experimental circunscreve-se apenas, por ora, às instalações da sede da associação, o que os seus organizadores consideram que será possível criar um programa próprio numa estação de rádio sueca.

## VENEZUELA

### CÂMARA DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E TURISMO LUSO-VENEZUELANA

O dr. J. Carlos de Sousa Correia foi eleito para a presidência da Direcção da Câmara de Comércio, Indústria e Turismo Luso-Venezuelana, no decurso da votação realizada durante a última Assembleia Geral Ordinária desta instituição, com sede em Caracas. A nova Direcção integra ainda os srs. João Paulo de Sousa (vice-presidente), Abel Apolinário (secretário-geral), Feliciano Rodrigues dos Anjos (tesoureiro), Joaquim Azevedo dos Santos, Francisco Bastos, José Luís da Silva, Carlos Pereira da Mata, José Nascimento da Silva (directores), João Macedo dos Reis e Victor Villalba (comissários).

## «ORDEM DO LIBERTADOR» PARA ÁLVARO CLEMENTE DA LUZ

O empresário português Álvaro Clemente da Luz foi distinguido pela Presidência da República da Venezuela com a «Ordem do Libertador», condecoração reservada, tradicionalmente, aos mais altos dignatários estrangeiros e às personalidades que mais se destacaram naquele país latino-americano.



Álvaro Clemente da Luz

Recorda-se que, em 1977, Álvaro Clemente da Luz havia já sido agraciado pelo Governo venezuelano com a «Comenda de Ordem e Mérito no Trabalho». Personalidade muito conhecida nos meios económicos e sociais da Venezuela e na nossa comunidade ali residente, Álvaro Clemente da Luz foi por esta designado para presidir à comissão de portugueses que, no ano passado, ofereceu à cidade de Lisboa a estátua de Simon Bolívar.

Natural de Loulé (Algarve), Álvaro Clemente da Luz emigrou para a Venezuela há vários anos, tendo-se notabilizado como empresário dinâmico e criador da maior e mais reputada firma de vestuário ali existente.

## IMPORTAÇÃO DE MÓVEIS E ÚTENSÍLIOS DE USO DOMÉSTICO POR EMIGRANTES EM FÉRIAS OU REGRESSADOS DEFINITIVAMENTE

O tipo de bagagem e de artigos de uso pessoal que os emigrantes podem importar, com isenção de direitos de importação, é diferente consoante regressem ao país apenas em viagem de férias ou definitivamente. Assim:

## I

A — Bagagem e artigos de uso pessoal que os emigrantes em **GOZO de FÉRIAS, ou que se desloquem TEMPORARIAMENTE a Portugal** podem importar com isenção de direitos:

- 1 — a) Vestuário e objectos de uso pessoal pertencentes ao emigrantes;
- b) Livros, ferramentas, instrumentos e utensílios portáteis próprios da profissão dos seus possuidores;
- c) Máquinas fotográficas, tipo kodak, e os rolos de películas, em pequena quantidade;
- d) 200 cigarros ou 50 charutos, ou 250 gramas de tabaco ou um sortido destes produtos, desde que o peso total não exceda 250 gramas;
- e) Uma garrafa de bebidas alcoólicas;
- f) Medicamentos destinados a serem utilizados durante a viagem, desde que não ultrapassem dez unidades.

2 — Poderão, também, beneficiar da isenção de direitos de importação, desde que se apresentem com evidentes sinais de uso, os seguintes bens:

- a) Roupas e outros objectos de uso doméstico, em pequena quantidade e de diminuto valor;
- b) Gramofones, gira-discos, aparelhos receptores de telefonia sem fios e aparelhos de registo de som e discos;
- c) Máquinas de escrever, portáteis;
- d) Carrinhos para crianças;
- e) Cadeiras para passageiros enfermos;
- f) Bicicletas sem motor.

B — Bagagem e artigos de uso pessoal que os emigrantes que regressem **DEFINITIVAMENTE a Portugal** podem importar com isenção de direitos:

1 — Todos os artigos incluídos no número 1 do parágrafo A.

2 — Todos os artigos incluídos no número 2 do parágrafo A desde que apresentem evidentes sinais de uso.

- 3 — a) Móveis;
- b) Roupas de uso doméstico;
- c) Objectos de uso doméstico tais como, por exemplo, televisões, telefonias de corrente, mobílias, aspiradores, frigoríficos, etc.

Relativamente, porém, aos bens constantes deste número 3 torna-se necessário que os emigrantes **façam prova** do seguinte:

1.º — Que não possuem habitação guardada em Portugal à data da sua chegada, para o que é necessário fazer uma **declaração nesse sentido**, assinada pelo próprio;

2.º — Que os móveis, roupas e mais objectos de uso doméstico, devidamente relacionados, fazem parte, há mais de um ano, do recheio da sua casa no estrangeiro. Para isso devem munir-se de um **certificado probatório**, passado pelo Cônsul de Portugal no local de procedência no país estrangeiro.

Chama-se especialmente a atenção para o facto de que **não basta a posse dos referidos objectos há mais de um ano. É necessário** que, fazendo esse bens parte do **recheio da casa**, apresentem **evidentes sinais de uso** o que não se verificará se esses objectos, se bem que adquiridos há mais de um ano, permanecerem sem utilização, muitas vezes acondicionados nas próprias embalagens de origem.

Este requisito, consta, aliás, do articulado legal das «Instruções Preliminares da Pauta de Importação» aprovado pelo Decreto-Lei n.º 42.656 de 18/11/1954, cujo art.º 75.º é explícito no exigir que os objectos que serão isentados de direitos «se apresentem com evidentes sinais de uso».

## II

1. Desde que se verifiquem as condições de isenção de direitos acima indicados, o prazo durante o qual é permitida bagagens que não acompanhem os passageiros é de **90 dias**, quer aqueles cheguem antes, quer depois das mesmas bagagens.

2. Para a desalfandegação dos aparelhos de televisão, quer com pagamento quer com isenção de direitos, torna-se necessário que os seus proprietários declarem na Delegação Aduaneira por onde entrarem, que o televisor é para funcionar

no sistema de emissão nacional português — 625 linhas — declaração essa que é feita no próprio impresso de **requisição** de licença a fornecer pelos serviços alfandegários. ■

## VÔOS PARA TRABALHADORES EMIGRANTES

I. A Portaria n.º 129/79, de 22 de Março veio alargar a classificação das categorias de voos não regulares, estabelecendo as respectivas condições de exploração.

II. Introduziu-se **pela primeira vez** naquela classificação a categoria de **«voos para trabalhadores emigrados»**.

III. **O que se entende por «voos para trabalhadores emigrados»?**

São considerados «voos para trabalhadores emigrados» os que **cumulativamente** preenchem as duas condições seguintes:

1.ª **Sejam reservados ao transporte**, mediante fretamento de toda a capacidade da aeronave por uma ou mais agências de viagem, de:

- i) trabalhadores de nacionalidade portuguesa residentes no estrangeiro; ou
- ii) Cônjuges e filhos dependentes de trabalhadores portugueses residentes no estrangeiro; ou
- iii) Trabalhadores de nacionalidade portuguesa com residência e contrato de trabalho temporário no estrangeiro.

2.ª **Sejam reservados a viagem de ida e volta.**

A esta segunda condição abrem-se duas excepções:

— viagem de retorno definitivo e comprovado de trabalhadores e sua família a Portugal; e

— viagens de agrupamento de famílias de emigrantes que vão residir com estes no estrangeiro.

Nestes dois casos permite-se viagens num só sentido.

IV. Estes voos, quando publicitados, devem ser devidamente assinalados como sendo apenas destinados a emigrantes e seus familiares.

Além disso devem conter indicações expressas sobre:

- o itinerário e a duração da viagem;
- o nome do transportador;
- o preço a pagar por cada passageiro;
- em geral, elementos que permitam ao emigrante apreciar o tipo de serviço que lhe é oferecido. ■

## ACORDO LUSO-BELGA ESTABELECE MEDIDAS DE APOIO AOS EMIGRANTES PORTUGUESES E SEUS FAMILIARES

Correspondendo a pedidos de diversos leitores residentes na Bélgica, publicamos neste número o texto integral do «Acordo entre o Governo Português e o Governo Belga relativo às Condições de Vida e de Trabalho, à Formação Profissional e à Promoção Social e Cultural dos Trabalhadores Portugueses e dos Seus Familiares Residentes na Bélgica». Este convénio — a que nos referimos, nesta secção, no n.º 35 (Marça) — foi assinado em Bruxelas a 29 de Novembro de 1978 e publicado no «Diário da República» (I Série) de 7 de Março do corrente ano (Decreto n.º 22/79, do Ministério dos Negócios Estrangeiros). «O Governo Português e o Governo Belga,

No espírito de amizade e de cooperação que caracteriza as suas relações;

No intuito de coordenar e precisar as disposições relativas ao estatuto dos trabalhadores portugueses ocupados na Bélgica e das suas famílias;

Desejosos de estabelecer e de desenvolver uma cooperação no domínio da formação profissional dos adultos;

Considerando que Portugal apresentou o seu pedido de candidatura a membro das comunidades europeias,

acordam nas seguintes disposições:

### CAPÍTULO I

**Igualdade de tratamento dos trabalhadores portugueses que residem e trabalham regularmente na Bélgica em matéria de emprego.**

#### ARTIGO 1

Os trabalhadores portugueses que residem e trabalham regularmente na Bélgica gozam do mesmo tratamento que os trabalhadores belgas no que respeita às condições de emprego e de trabalho, nomeadamente em matéria de remuneração e de despedimento e bem assim, sem prejuízo das disposições legais e regulamentares em

vigor, em matéria de recolocação e de reclassificação profissional.

Beneficiam, para o mesmo trabalho, dos mesmos salários e das mesmas remunerações que os trabalhadores belgas.

Beneficiam igualmente das mesmas vantagens fiscais que os trabalhadores belgas.

O princípio da igualdade de tratamento não pode ser derogado por contrato individual.

#### ARTIGO 2

Os trabalhadores portugueses que residem e trabalham regularmente na Bélgica beneficiam de igualdade de tratamento no que diz respeito ao exercício dos direitos sindicais.

A igualdade de tratamento no âmbito do exercício dos direitos sindicais implica a liberdade de filiação nas organizações sindicais, bem como no quadro das disposições legais sobre a matéria, o direito de voto e de elegibilidade e a designação para responsabilidades sindicais, tanto no interior das organizações como nos órgãos que regulam as relações profissionais entre trabalhadores e empregadores.

#### ARTIGO 3

No que respeita à prevenção de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, e bem assim à higiene no trabalho, os trabalhadores portugueses beneficiam dos mesmos direitos e da mesma protecção que os trabalhadores belgas, tendo em conta a situação específica daqueles.

### CAPÍTULO II

#### Reagrupamento familiar

#### ARTIGO 4

Aos trabalhadores portugueses que residem e trabalham regularmente na Bélgica podem reunir-se às suas famílias desde que aqueles já tenham completado um mês de trabalho neste país e disponham de alojamento conveniente para a família.

A família do trabalhador compreende o cônjuge e os filhos (seus e/ou do cônjuge) solteiros menores a cargo.

#### ARTIGO 5

O Governo Belga compromete-se a participar no reembolso das despesas de viagem dos membros da família dos trabalhadores portugueses que os acompanharam ou que se lhes juntaram na Bélgica, con-

forme as disposições regulamentares sobre a matéria.

### CAPÍTULO III

#### Garantias judiciais e administrativas

#### ARTIGO 6

Os trabalhadores portugueses e os seus familiares gozam, na Bélgica e nas mesmas condições dos nacionais, de plena protecção legal e judicial da sua pessoa e dos seus bens, dos seus direitos e interesses. Para estes fins, têm, nomeadamente, o direito, nos mesmos termos que os nacionais, de recorrer para as autoridades judiciais e administrativas competentes e de se fazer assistir por qualquer pessoa da sua escolha devidamente reconhecida pelas leis do país.

Em caso de processo civil ou penal, os trabalhadores portugueses e suas famílias têm a possibilidade de se fazer assistir por um intérprete se não compreenderem ou não falarem a língua utilizada na audiência.

### CAPÍTULO IV

#### Condições de ocupação e de autorização de trabalho

#### ARTIGO 7

Os trabalhadores portugueses titulares de uma autorização de trabalho de duração limitada estão sujeitos à regulamentação belga sobre a matéria.

#### ARTIGO 8

Os nacionais portugueses que provem ter cinco anos de residência regular e ininterrupta no país ou três anos de trabalho regularmente autorizado obtêm a autorização de trabalho de duração ilimitada para todas as profissões assalariadas.

Estes três anos reduzem-se a dois quando a família reside na Bélgica, na mesma casa do trabalhador.

#### ARTIGO 9

O cônjuge não separado do trabalhador e os filhos solteiros do trabalhador ou do seu cônjuge que façam parte do seu lar e vivam sob o mesmo tecto, quer sejam legítimos, naturais ou adoptivos, beneficiam, em matéria de emprego, das vantagens previstas na regulamentação sobre colocação de trabalhadores de nacionalidade estrangeira.

## ARTIGO 10

Os jovens portugueses que regressem à Bélgica depois de terem cumprido as suas obrigações militares em Portugal conservam os seus direitos em matéria de estada e de autorização de trabalho, desde que respeitem os prazos fixados pela regulamentação belga.

## CAPÍTULO V

### Acolhimento e informação dos trabalhadores Rádio e televisão

## ARTIGO 11

As autoridades belgas e portuguesas colaboram estreitamente, a fim de dispensar aos trabalhadores portugueses na Bélgica uma informação tão vasta quanto possível acerca das condições de vida e de trabalho na Bélgica.

## ARTIGO 12

As autoridades dos dois países favorecem e encorajam qualquer estudo, iniciativa e realização que vise desenvolver e melhorar os programas radiofónicos e televisivos, para oferecer aos trabalhadores portugueses na Bélgica tanto uma fonte de informações sobre os acontecimentos que se desenrolam em Portugal como programas recreativos.

## CAPÍTULO VI

### Formação profissional e promoção social

## ARTIGO 13

O Governo Belga garante aos trabalhadores portugueses que o desejem a participação nos cursos de formação e de readaptação profissionais do Office National de l'Emploi, nas mesmas condições que aos trabalhadores belgas.

## ARTIGO 14

As autoridades portuguesas prestam a sua colaboração nesta matéria, dando, por um lado, a conhecer aos trabalhadores portugueses na Bélgica as possibilidades oferecidas nas diferentes profissões e sublinhando a utilidade dos cursos em questão, visando a promoção profissional ou a obtenção de uma qualificação e dando, por outro lado, o necessário encorajamento e fornecendo ao Office National de l'Emploi, a pedido deste e na medida do possível, monitores ou outro pessoal eventualmente necessário.

## ARTIGO 15

As autoridades portuguesas podem organizar cursos nas instalações do Office National de l'Emploi, a fim de completar as noções de base linguística indispensáveis aos candidatos portugueses, para que estes sigam, com aproveitamento, os cursos do citado Office.

## ARTIGO 16

A formação profissional terá em conta, sempre que possível, as necessidades dos trabalhadores portugueses com vista ao seu regresso voluntário a Portugal e à sua reinserção na economia do seu país.

## ARTIGO 17

Os trabalhadores portugueses, que residem e trabalham regularmente na Bélgica beneficiam, nas mesmas condições que os belgas, dos prémios de promoção social concedidos aos trabalhadores, nos moldes fixados na legislação de regulamentação sobre a matéria.

Os trabalhadores portugueses beneficiam, nas mesmas condições que os belgas, das vantagens da legislação que concede créditos de horas aos trabalhadores com vista à sua promoção social.

## CAPÍTULO VII

### Facilidades escolares e iniciativas destinadas a favorecer a adaptação e a estada

## ARTIGO 18

Os filhos dos trabalhadores portugueses que residem e trabalham regularmente na Bélgica são admitidos e tratados do mesmo modo que as crianças belgas no conjunto do estabelecimentos escolares belgas, incluindo as creches, os jardins infantis e os centros de férias.

## ARTIGO 19

Os dois Governos reconhecem ser importante que as crianças portuguesas em idade escolar possam frequentar cursos de língua portuguesa fora do ensino normal ministrado nas classes belgas.

Assim, o Governo Belga compromete-se a ajudar as autoridades portuguesas competentes que organizem cursos de língua portuguesa, nomeadamente convidando as entidades belgas responsáveis pelo ensino a facultarem gratuitamente às autoridades portuguesas as instalações escolares necessárias.

## ARTIGO 20

Os professores portugueses serão ouvidos pelo conselho pedagógico das escolas relativamente a tudo o que diga respeito às crianças portuguesas que as frequentem.

## ARTIGO 21

Os filhos dos trabalhadores portugueses residentes na Bélgica beneficiam de bolsas de estudo de acordo com as disposições legais e regulamentares na matéria.

## ARTIGO 22

As autoridades belgas e portuguesas apoiam, na medida do possível, as experiências de ensino bicultural.

## ARTIGO 23

As autoridades competentes dos dois países favorecem a coordenação de iniciativas e de actividades que tenham por fim facilitar a adaptação dos trabalhadores portugueses e suas famílias às novas condições de vida.

## CAPÍTULO VIII

### Associações de trabalhadores portugueses

## ARTIGO 24

Os trabalhadores portugueses na Bélgica gozam do direito de associação.

Os Governos Belga e Português reconhecem o papel importante que podem desempenhar as associações de trabalhadores portugueses na Bélgica, não só na manutenção dos laços sócios-culturais destes trabalhadores e dos membros das suas famílias com Portugal, mas também na promoção de contactos entre as duas comunidades.

## ARTIGO 25

As associações de trabalhadores portugueses na Bélgica podem — no quadro da lei e dos regulamentos em vigor e nas condições por eles fixadas — recorrer aos subsídios concedidos pelas autoridades belgas competentes.

## CAPÍTULO IX

### Transferência de economias

## ARTIGO 26

Os trabalhadores portugueses podem transferir para Portugal os seus ganhos e

economias no quadro de legislação e de regulamentação de câmbio em vigor.

## CAPÍTULO X

### Obrigações alimentares

#### ARTIGO 27

Os dois Governos comprometem-se a apressar o cumprimento dos processos administrativos previstos pelas convenções internacionais em vigor entre os dois países em matéria de cobrança de alimentos.

## CAPÍTULO XI

### Feriados, férias anuais, obrigações cívicas

#### ARTIGO 28

O Governo Belga compromete-se a recomendar aos empregadores a generalização das facilidades concedidas aos trabalhadores portugueses que gozem as suas férias no país de origem, nomeadamente considerando como dias de falta justificada o tempo necessário pelo menos à realização da viagem.

Igualmente se compromete a recomendar aos empregadores que concedam, de modo compatível com a organização do trabalho, as facilidades necessárias aos referidos trabalhadores que desejem deslocar-se a Portugal para cumprir o seu dever eleitoral.

A seu pedido, os trabalhadores portugueses podem não comparecer ao trabalho no dia da festa nacional e em dois outros dias de feriado legal em Portugal. Estes dias não são remunerados, mas a falta é-lhes justificada.

## CAPÍTULO XII

### Assistência religiosa ou assistência moral laica

#### ARTIGO 29

O Governo Belga favorece a assistência religiosa ou a assistência moral laica aos trabalhadores portugueses e suas famílias.

## CAPÍTULO XIII

### Acesso à propriedade e à locação de bens imóveis

#### ARTIGO 30

No que respeita ao acesso à propriedade de uma habitação, os trabalhadores

portugueses beneficiam — nos termos da legislação em vigor e nas mesmas condições que os Belgas — dos prémios de fundos de Estado não recuperáveis destinados à construção ou compra de habitações sociais, de pequenas propriedades fundiárias e de habitações equiparadas, assim como de empréstimos a taxas de juro reduzidas.

No que respeita à locação de habitações, o Governo Belga vela para que seja evitado no plano dos factos que as sociedades de construção reconhecidas façam qualquer discriminação de nacionalidade na atribuição dos seus alojamentos sociais.

Os trabalhadores portugueses na Bélgica beneficiam de igualdade de tratamento com os Belgas no que diz respeito à protecção das rendas das habitações médias e modestas, bem como no que toca às vantagens concedidas às pessoas que deixam um alojamento insalubre.

## CAPÍTULO XIV

### Comissão mista

#### ARTIGO 31

Uma comissão mista composta por representantes dos dois Governos reúne, uma vez por ano, alternadamente, na Bélgica e em Portugal.

A comissão compete:

Examinar os problemas relativos às condições de vida, de trabalho, de formação profissional, de promoção social e cultural dos trabalhadores portugueses e das suas famílias residentes na Bélgica;

Propor soluções para as dificuldades que a aplicação do presente acordo possa suscitar;

Sugerir eventuais modificações ao presente Acordo e suas modalidades de aplicação.

### Disposições finais

#### ARTIGO 32

O presente Acordo será ratificado e os instrumentos de ratificação serão trocados logo que possível.

Entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte àquele em que se proceda à troca de instrumentos de ratificação.

#### ARTIGO 33

O presente Acordo é concluído pelo período de um ano. Será renovado, automaticamente, por recondução tácita, salvo denúncia

por qualquer das partes contratantes; essa denúncia deverá ser notificada pelo menos três meses antes da data da expiração do período de validade em curso.

Feito em Bruxelas a 29 de Novembro de 1978, nas línguas portuguesa, francesa e neerlandesa, os três textos fazendo igualmente fé. ■

## FORMAÇÃO ESCOLAR E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ALEMANHA FEDERAL

Os Serviços Sociais do Consulado-Geral de Portugal em Düsseldorf informam que, no ano lectivo de 1979/1980, com início em Agosto próximo, funcionarão, de novo, os cursos onde jovens estrangeiros, com mais de 15 anos, que já não estejam abrangidos pela escolaridade obrigatória e tenham entrado na Alemanha antes de 31 de Dezembro de 1976, podem obter o grau escolar básico (9.ª classe).

Os cursos são organizados pela CARITAS-VERBAND, de Paderborn, e podem ser frequentados por jovens de ambos os sexos.

A sua frequência é gratuita e as inscrições já estão abertas.

As raparigas ficam alojadas em quartos duplos, em regime de internato na Residência Católica Feminina do MEINWERK-INSTITUT. Os rapazes serão alojados numa outra casa, também em regime de internato.

Estão previstos cursos idênticos em Dortmund, Hagen e Siegen. O curso tem a duração de 9 meses, com os períodos de férias escolares.

As despesas de alojamento, alimentação, livros e propinas escolares são pagas, na sua totalidade, pelo governo alemão.

De salientar, a propósito, que a escolaridade básica elementar na Alemanha é a 9.ª classe (Hauptschulabschluss). Só com a 9.ª classe podem os jovens ser admitidos a uma formação profissional oficial (Lehrvertrag). Além disso, a 9.ª classe alemã tem equivalência parcial e é reconhecida para efeitos de estudo em Portugal.

Para informações mais detalhadas sobre este assunto, os interessados deverão contactar os Serviços Sociais do Consulado-Geral de Portugal em Düsseldorf (Graf-Adolf-Str. 16; Tel. 0211/324091). ■

Esta secção está aberta a todos os leitores. Nela inserimos, total ou parcialmente, as cartas que nos são dirigidas e as respectivas respostas — elaboradas, quando necessário, pelos Serviços Técnicos da SENE, que, simultaneamente, se encarregam de responder directamente aos interessados —, sempre que as mesmas, pelos temas que abordam, possam eventualmente interessar a outros leitores. Todas a correspondência dirigida a esta secção deverá ser enviada para:

Revista «25 de Abril / Comunidades Portuguesas»

Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração

Palácio das Necessidades — 1.º Piso  
Largo do Rilvas.1354 Lisboa CODEX Portugal

«Tenho um apartamento arrendado e acontece que além da arrendatária, vivem lá, o marido, três ou quatro filhos e ainda tem lá a morar mais um ou dois primos.

Poderá a minha inquilina ter a residir com ela as pessoas que entender?

Pedia por favor, que me dessem informações sobre o caso e se possível uma agenda com as leis sobre este assunto e com os meus direitos».

J. L. (Canadá)»

Nos termos da legislação em vigor, podem residir na casa, além do arrendatário, todos os que vivem com ele em economia comum e um máximo de três hóspedes.

Consideram-se sempre como vivendo com o arrendatário em economia comum os seus parentes ou afins na linha recta ou até ao 3.º grau da linha colateral, ainda que paguem alguma retribuição.

A situação que nos apresenta (agregado familiar constituído por arrendatária, marido, três ou quatro filhos e um ou dois primos habitando a mesma casa) encontra-se, assim, prevista legalmente, não podendo por tal motivo, pôr em causa o contrato de arrendamento.

No tocante a alterações legais em matéria de arrendamento, esclarece-se que, até à presente data, não foi publicada qualquer legislação.

«Sirvo-me da oportunidade para confessar dificuldades na interpretação do Sistema Poupança-Crédito.

Permitam-me detalhar. A minha conta no Banco, consta como depósito a prazo de emigrante; esta tem sido desenvolvida de forma lenta, pelas dificuldades impostas a todos os estrangeiros residentes no Brasil de somente ser permitido o envio de uma remessa mensal de 300 dólares, rigorosamente controlada pelo Banco Central.

Minha família é constituída por três pessoas. Cada uma envia uma remessa dirigida a um dos nossos familiares aí e estes imediatamente a creditam em minha conta no Banco onde sou cliente, como depositante ausente no Brasil, comprovado por certificado de residência autenticado no Consulado Português do Rio de Janeiro, como me foi exigido pelo Banco.

Esta situação não me garante direitos iguais aos do Sistema Crédito-Poupança?

(...) A operação que executo nas importâncias transferidas, é absolutamente correcta, dentro das normas de máxima legalidade de saída de divisas do Brasil.

A participação de meus filhos nos envios das remessas, que posteriormente são canalizadas à minha conta aí por terceiros, acho que não devem ser desconsideradas.

O estímulo ao emigrante que envia divisas ao nosso País, depende muito das facilidades fornecidas pelos nossos responsáveis da área económica, principalmente pela eliminação do «Fantasma da Burocracia».

J. J. B. (Brasil)»

Só o Banco onde têm sido depositadas as quantias transferidas para Portugal é que, face às circunstâncias concretas, está em condições de se pronunciar sobre o montante que poderá ser transferido para uma conta de depósito «poupança-crédito», o qual po-

derá ser o equivalente ao saldo transferido nos últimos 6 meses.

Assim, aconselhamo-lo a dirigir-se ao seu Banco, pedindo a transferência dos seus depósitos para uma conta especial de «poupança-crédito», na qual deverão futuramente ser depositadas as suas remessas para Portugal.

«Gostaria de saber informações, se possível sobre dois assuntos.

Primeiro: estou interessado na compra de uma carrinha e queria saber quanto terei de pagar na Alfândega para a poder levar para o nosso País um ano após a compra, ou se pagarei o mesmo se a comprar e levar logo e ainda, se a mesma tem de pagar imposto de gasóleo.

Segundo: existe um grande problema para nós emigrantes: trata-se do caso de compra de terras ou de casa.

Como é do conhecimento geral aquelas compras são feitas no tempo das férias, que duram mais ou menos um mês e as escrituras são marcadas para alguns meses mais tarde, o que nos dificulta muito a vida, quando não temos em Portugal uma pessoa em quem confiar, obrigando-nos a ir lá, e muitas vezes acontece que nos deslocamos, mas também não conseguimos fazer a escritura por os papéis não estarem em condições.

Não existem facilidades para se fazer a escritura na ocasião da compra?

A.M. (França)»

Quando ao imposto de compensação (gasóleo) se o veículo que pretende importar pesar mais de 2500 quilogramas e menos de 3500 quilogramas, estará isento do pagamento do mesmo, se estiver devidamente licenciado.

O problema que nos coloca acerca das escrituras de compra e venda de terrenos ou casas, afigura-se-nos resolúvel no caso de o comprador pres-

tar a quantia total de preço e se houver disponibilidade nos notários para celebrar imediatamente a referida escritura; caso contrário, se o emigrante tiver que prestar sinal e portanto efectuar um contrato-promessa de compra e venda, então tornar-se-á bastante mais demorado e é conveniente passar uma procuração para esse efeito, a uma pessoa de confiança.

«(...) Eu e toda a minha família somos emigrantes na Venezuela há três anos, mas antes estivemos em França.

Em França o seguro social trabalhava de acordo com o de Portugal, mas aqui não.

Agora eu necessito dos serviços de saúde portugueses porque a minha esposa desde há um ano que anda em tratamento e precisava ser operada aí.

Se a minha esposa for operada em Portugal, pagaria alguma coisa?

M. L. R. G. (Venezuela)»

Não há Acordo de Segurança Social entre Portugal e a Venezuela, pelo que só terão direito aos benefícios previstos pela legislação venezuelana em matéria de segurança social.

No caso de sua esposa vir a necessitar de internamento hospitalar em Portugal, o pagamento das despesas seria de harmonia com as conclusões do inquérito sócio-económico efectuado nessa ocasião.

«Gostaria de me corresponder com pessoas de todos os lugares, para troca de correspondência e de postais.

Foi no Consulado de Portugal que me indicaram a revista «25 de Abril/Comunidades Portuguesas».

Os interessados poderão escrever-me para o endereço seguinte:

Ricardo A. Dalceno  
Rua Ivete Fonseca da Siqueira, 50 — BATEL  
CEP — 80.000 Curitiba-Paraná/Brasil.

## CINEMA DE ANIMAÇÃO

Neste número referir-nos-emos ao cinema de animação, que, por estranho que pareça, é bastante antigo, quase tanto

como o próprio cinema. Aliás, ainda hoje são vistos, frequentemente, em programas televisivos — nos chamados «separadores» —, desenhos animados da época do «mudo».

Nessa altura a sequência das imagens era um tanto «sacudida», ao passo que, hoje em dia, a técnica atingiu grande perfeição, permitindo uma harmonia nos movimentos verdadeiramente

assombrosa. Quem não ouviu falar ou viu filmes de Disney, com as suas criações do rato Mickey, do cão Pluto, do pato Donald, etc.? Aliás, Disney talvez se tenha distinguido devido à sua formidável equipa técnica que lhe permitiu, inclusivamente, produzir e realizar também longas-metragens em cinema de animação puro, ou ainda sobre a forma mista de

desenhos animados e imagens reais, quer de pessoas, quer de animais, quer ainda de paisagens.

Entre nós o cinema de animação, como técnica, tem sido utilizado, sobretudo, na publicidade e apenas há relativamente pouco tempo surgiu o primeiro filme no circuito comercial, intitulado «Eu quero a Lua».



«Eu Quero a Lua» (1970), de Artur Correia.



«O Gigante do Lago» (1976), de Ricardo Neto.

### CORREIA, Artur

Nasceu em Lisboa em 1930. Começou a realizar cinema de animação em 1965, assinando diversos filmes publicitários; foi premiado em 1967 no Festival de Viena e em outros certames posteriores.



Da sua filmografia fazem parte do Circuito de Cinema da SENE as seguintes curtas-metragens:  
«Eu Quero a Lua» — 4 min. (1970)

- «O Caldo de Pedra» — 7 min. (1976) (a)
- «As Duas Comadres» — 7 min. (1977) (a)
- (a) Com a colaboração de R. Neto.

### CORREIA, Fernando



Nasceu em Lisboa em 1931. Colaborou como desenhador humorístico em diversas revistas.

Da sua filmografia fazem parte do Circuito de Cinema os seguintes filmes:  
«Pitt — O Coelho Verde»

- («Não Quero ser Palhaço») — 10 min. (1976)
- («O Gigante do Lago») — 10 min. (1976)

### NETO, Ricardo



Nasceu em Lisboa em 1937. Estudou na Escola António Arroio, começando a trabalhar em cinema de animação em 1962; conquistou desde então numerosos prémios em festivais internacionais de filmes publicitários.

Da sua filmografia fazem parte do Circuito de Cinema da

- SENEE três curtas-metragens:  
«Os Dez Anõezinhos» — 7 min. (1976)
- «As Duas Comadres» — 7 min. (1976) (b)
- «O Caldo de Pedra» — 7 min. (1977) (b)
- (b) com a colaboração de Artur Correia.

### NEVES, Mário

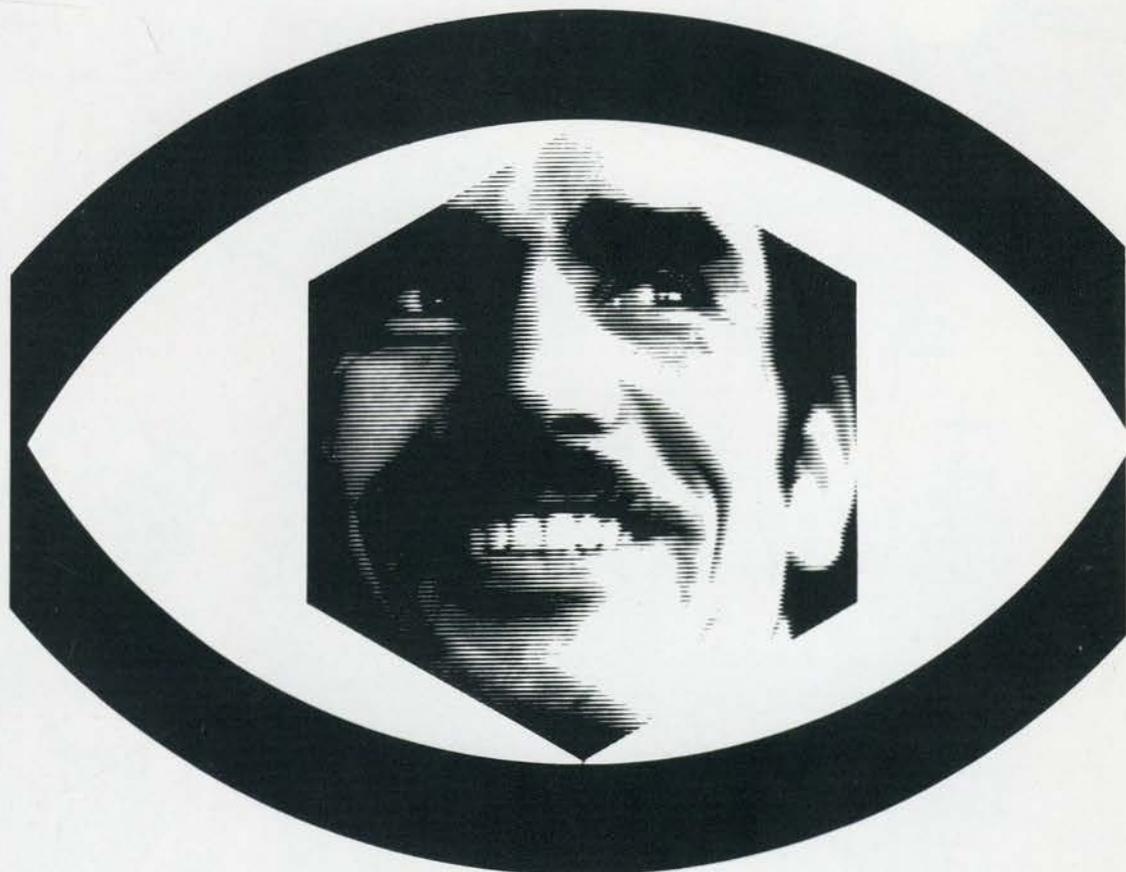


NEVES, Mário  
«A Família Xú» — 4 min. (1978)

Nota — Todos estes filmes são coloridos.

# **mosaico**

**programa da TV francesa  
para trabalhadores imigrados**



**FR3**

**todos os domingos, 10.30 às 12 horas**  
produção ICEI (Information Culture et Immigration)

**a participação de Portugal é assegurada pela Radiotelevisão Portuguesa  
em colaboração com a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração**

A correspondência deverá ser enviada para:

«MOSAICO»

ICEI (Information Culture et Immigration)

43 bis rue des Entrepreneurs

75015 Paris

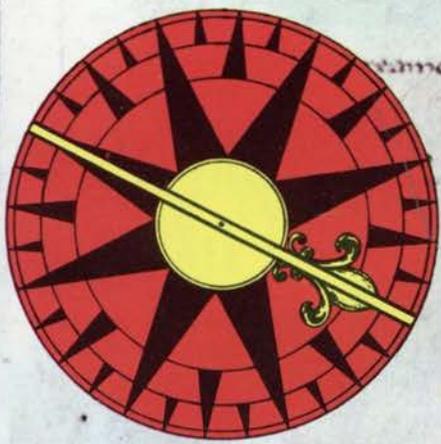
minuere. aut aliquibus vexationibus fatigare. Signa igitur in futurum

contra eam temere uenire reprobentur. Sed tertiae comenita nisi reatu

namq. se diuine iudicio exiti. de p[ro]p[ri]a iniquitate cogno[sc]at

examine d[omi]ni. et ultion[em] subiaceat. Cuius

bone ac boni percipiant. apud d[omi]ni iudicium iudicentur



Handwritten Latin text in a medieval script, including several lines starting with a cross symbol (†) and names like 'Card. de Anagnini', 'Card. de S. Marci', 'Card. de S. Ceciliae', and 'Card. de S. Clementis'.

